



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### EDITAL N.º 8/2024

JOSÉ MANUEL MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, torna público, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor da ata n.º 58, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Coimbra realizada em 08 de janeiro de 2024 e aprovada em 22 de janeiro de 2024.

Para os devidos e legais efeitos emite-se e publica-se o presente Edital que vai assinado digitalmente e outros de igual teor que serão publicitados nos painéis eletrónicos disponibilizados no Átrio dos Paços do Concelho e no Serviço Geral de Atendimento sito no Mercado Municipal D. Pedro V, e demais lugares do uso e costume na página eletrónica da Câmara Municipal, em [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt).

Registe-se e publique-se.

Coimbra, 22 de janeiro de 2024

Presidente da Câmara Municipal

---



**CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

**ATA N.º 58**

**DA**

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

**Local:** Sala das Sessões dos Paços do Município

**Data:** 08/01/2024

**Iniciada às 15H00 e encerrada às 18H30**

**Aprovada em 22/01/2024 e publicitada através do Edital n.º 8/2024**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

- 1. Intervenção do Senhor Presidente**
- 2. Intervenção dos Senhores Vereadores**

**ORDEM DO DIA**

**I. ADMINISTRAÇÃO GERAL**

- 1. DAG – Aprovação da ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 11 de dezembro de 2023**

**II. FINANCEIRO**

- 1. DF-DCF – Situação Financeira – Conhecimento**
- 2. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 30 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 34/2023) – Conhecimento**
- 3. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 31 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 35/2023) – Conhecimento**
- 4. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 32 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 36/2023) – Conhecimento**
- 5. DF-DCL – Concurso público internacional n.º 6/2019 – Aquisição de peças para viaturas, máquinas e equipamento – Liberação de caução**

**III. EQUIPAMENTO RURAL, URBANO E PATRIMÓNIO**

- 1. DEEM-DEEQ – Centro Escolar de Cernache – Obras de Beneficiação e Conservação – Revisão de Preços Provisória n.º 4**

**IV. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

- 1. SMTUC – Alteração Orçamental n.º 10 – Conhecimento**
- 2. SMTUC – Rede de Transportes – Proposta de instalação de pontos de paragem em Valongo**
- 3. DMTT-DPGRT – Despachos n.º 12221-B/2023 e n.º 12221-C/2023 – Reforço Extraordinário do 1.º e 2.º trimestres de 2023 – Proposta de transferência para os SMTUC – Ratificação**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

4. **DMTT-DPGRT – Programa de Apoio à Redução Tarifária de 2023 – Proposta de transferência de verbas para os SMTUC – Ratificação**
5. **DMTT-DPGRT – PROTransP 2023 – Utilização das verbas disponíveis (Despacho n.º 5963/2023), para atribuição do financiamento para compensar os SMTUC, no âmbito do Decreto-Lei n.º 14 C/ 2020, de 7 de abril – Ratificação**
6. **DMTT-DPGRT – Medidas excecionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação – Congelamento dos passes – Transferência para os SMTUC| outubro e novembro de 2023**
7. **PR – Proposta de nomeação de membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra**
- V. **EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE**
  1. **DES-DE – AAC – Secção de Badminton – Utilização do refeitório da Escola EB 2/3 Silva Gaió – Ratificação**
  2. **DAG-DAJC – Abertura do procedimento administrativo para elaboração do “Regulamento Municipal de Gestão da Residência Ganhar Autonomia”**
- VI. **PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURA E CIÊNCIA**
  1. **DCT-DCSF – Conservatório Regional de Coimbra – VII Estágio da Orquestra Maria Fernanda Rovira – Convento São Francisco – 19 de julho de 2024**
  2. **DES-DE – Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra – Pedido de apoio financeiro – Ratificação**
  3. **DCT-DBAH – Proposta de preçário para a publicação Arquivo Coimbrão**
- VII. **TEMPOS LIVRES E DESPORTO**
  1. **GAV – Coimbra Magic Land – Proposta de adenda ao protocolo – Ratificação**
  2. **DCT-DCSF – Proposta de realização da 2.ª edição da "Bolsa da Empregabilidade no Centro de Portugal" – Convento São Francisco – 16 de abril de 2024**
- VIII. **HABITAÇÃO**
  1. **DEEM-DEH – Empreitada de Reconstrução e Construção de Edifício “Casa das Talhas”, Rua Fernandes Tomás n.º 58 a 66 – Prorrogação do Prazo de Execução – Ratificação**
  2. **DEEM-DEH – Empreitada "Reabilitação de 105 Habitações Municipais nos Bairros da Rosa e Ingote - 1.º Direito" (Lote 1 e Lote 2) – Trabalhos complementares – Adicional n.º 4 – Correção de defeitos da empreitada “Reabilitação do Edificado de Carater Social Lotes 11, 14, 16, 18 e 26” com interferência na execução dos trabalhos**
  3. **DAHS-DEH – Reabilitação 105 Habitações Municipais nos Bairros da Rosa e Ingote – 1.º Direito – Lote 4 e Lote 5 – Revisão de Preços Ordinária Provisória n.º 6**
- IX. **PROTEÇÃO CIVIL, POLÍCIA MUNICIPAL E BOMBEIROS**
  1. **CBSC – Pedido de aceitação de doação de materiais provenientes da ANEPC**
  2. **CBSC – Pedido de aceitação de doação de materiais provenientes da CIM-RC**
- X. **AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO**
  1. **DF-DCL – Concurso Público Internacional n.º 10/2023 – Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos e limpeza urbana – Prorrogação do prazo para apresentação das propostas – Ratificação**
  2. **DAS – “Contrato de Consórcio para Implementação da Estratégia: Rede de Cidades Sustentáveis e Climaticamente Resilientes da Região Centro “CLIMA\_RESILIENTE\_URBCENTRO” – Ratificação**
  3. **DEP – Plano de reforço da estrutura arbórea em Coimbra – Protocolo entre o Município e a Metro Mondego**
- XI. **PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

1. **DEP-DIEP – Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 4 – 2.<sup>a</sup> Revisão de Preços provisória – Ratificação**
  2. **DEP-DIEP – Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 6 – 2.<sup>a</sup> Revisão de Preços provisória – Ratificação**
  3. **DEP-DIEP – Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 8” – 2.<sup>a</sup> Revisão de Preços provisória – Ratificação**
  4. **DEP-DIEP – Empreitada “Valorização do Espaço Público – Requalificação do Largo da Sé Velha; Valorização do percurso Universidade Arco de Almedina – Rua e Largo do Quebra-Costas; Rua para Todos Alta – Requalificação das Escadas e Beco da Carqueja: LOTE 1 – Requalificação do Largo da Sé Velha (PEDU)” – Receção Provisória da Empreitada e Revisão de Preços Provisória – Ratificação**
  5. **DAS-DECPAF – Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro – Conhecimento**
- XII. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**
1. **DGU-DCHRU – Fundação Bissaya Barreto – Licenciamento de Obras de Edificação – Dispensa de estacionamento – Processo 72/2022/2206**
- XIII. EMPRESAS MUNICIPAIS**
1. **AC, Águas de Coimbra, EM – Relatório Económico-financeiro – 3.º trimestre de 2023 – Conhecimento**
- XIV. FREGUESIAS**
1. **DAF – Relatório de Execução e Plano de Calendarização de outubro a dezembro de 2023 – Conhecimento**
  2. **DAF – Contrato para cedência em direito de superfície da fração C do edifício sito na Rua do Tapado, n.º 4, Brasfemes, propriedade do Município de Coimbra, ao Centro de Recreio e Animação Cultural de Brasfemes**
- XV. OUTROS**
1. **DAG-DAJC – Processo de Inquérito n.º 2023/500.20.002/2**
- XVI. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
1. **Fabrice Aimé**

A reunião contou com a presença de:

**Presidente:** José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva  
**Vice-Presidente:** Francisco José de Baptista Veiga  
**Vereadores:** Ana Maria César Bastos Silva  
Carlos Miguel Mantas Matias Lopes  
Ana Maria Cortez Vaz dos Santos Oliveira  
Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca  
Regina Helena Lopes Dias Bento  
José Ricardo Miranda Dias  
Hernâni Pombas Caniço  
Rosa Isabel Cruz  
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva, Secretariado pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes, coadjuvado pelas Técnicas Superiores, Carla Patrícia de Oliveira Silveira e Goreti Sofia Ribeiro Lopes.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.



### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

##### Intervenção do Senhor Presidente

#### 1. Reestruturação do CA dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Sobre este assunto o Senhor Presidente proferiu a seguinte intervenção:

*“Os SMTUC constituem um serviço essencial ao concelho e às pessoas e os transportes coletivos representam o pilar principal do futuro da mobilidade e do desenvolvimento. Porém, desde há cerca de uma década, os SMTUC têm sofrido algumas dificuldades em assegurar a regularidade da oferta de transporte público programada, na maior parte das vezes pelo facto da frota disponível não ser suficiente para responder às necessidades do serviço diário, mas igualmente pela insuficiência de recursos humanos, não obstante o persistente esforço na sua contratação. Os problemas dos SMTUC começaram a instalar-se com a crise financeira internacional de 2008 e a falência financeira de Portugal em 2011, que obrigou o então Governo a pedir, negociar e aprovar um acordo de entendimento com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, conjunto de entidades que ficou conhecido como ‘a Troika’. No caso dos SMTUC esse impacto foi evidenciado principalmente em 2012, 2013 e 2014, por não terem sido possíveis apoios supramunicipais para a aquisição de frota. Já em 2014, o Conselho de Administração do SMTUC emitia uma ‘informação aos clientes’ em que afirmava “O Conselho de Administração lamenta os eventuais prejuízos para os clientes decorrentes de alguns atrasos ou de incumprimento de horários dos transportes públicos. Tais ocorrências têm tido origem num número superior ao normal de avarias e consequente imobilização de alguns veículos da nossa frota”. Este é um problema com 10 anos. Vários erros de gestão subsequentes, o não rejuvenescimento da frota, por falta de investimento, e o alargamento do número de linhas sem a devida preparação prévia, em material e recursos humanos, culminaram no atual período difícil, que só não se manifestou em pleno mais cedo porque os transportes públicos estiveram em modo reduzido durante a pandemia COVID-19. Os relatórios anuais de gestão dos SMTUC espelham as dificuldades sentidas todos os anos e as insuficiências de investimento nos SMTUC, nomeadamente na aquisição de autocarros novos, como pode verificar-se no quadro.*”



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ano	Autocarros standard			Miniautocarros				Total
	Diesel		Elétricos Novos	Diesel		Elétricos Novos	Híbridos Novos	
	Novos	Usados		Novos	Usados			
2013	-	5	-	-	-	-	-	5
2014	-	-	-	-	-	-	-	0
2015	-	10	-	-	-	-	-	10
2016	5	5	-	-	-	-	2	12
2017	5	-	-	7	-	-	-	12
2018	-	-	-	-	-	-	-	0
2019	-	2	8	-	-	2	-	12 <sup>2</sup>
2020	-	7	-	-	-	9	-	16
2021	-	14	-	-	6	-	-	20
2022	-	8	5	-	-	-	-	13
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>51</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

*Este conjunto de dificuldades levou o atual CA dos SMTUC e o Executivo Municipal a elaborarem um ambicioso plano de renovação da frota e a propor a fusão dos serviços dos SMTUC e da Câmara Municipal, que permitiria evidentes ganhos de escala, de gestão e de competências. Esta proposta foi rejeitada politicamente na Assembleia Municipal, pelo que os desequilíbrios dos SMTUC se continuaram a agravar, para prejuízo de todos, o que desde logo obrigou a pensar novas soluções.*

*A introdução do MetroBus, a obrigatoriedade de modernização dos SMTUC e a necessidade de integração de sistemas vieram colocar novos e complexos desafios, tornando ainda mais exigente e consumptiva a gestão dos SMTUC. Atualmente predominam três tipos de problemas macro nos SMTUC, que é essencial serem resolvidos rapidamente. 1 – Gestão insuficiente de há muitos anos a esta parte, devido ao modelo de gestão em part-time que tem prevalecido e que sobrecarrega os três vereadores que constituem o Conselho de Administração, exigindo um esforço sobre humano, porque o dia só tem 24 horas para todas as pessoas, e limitando a sua disponibilidade para os pelouros camarários e para os próprios SMTUC. A Comissão de Trabalhadores referiu precisamente que os problemas dos SMTUC se acentuaram quando o Conselho e Administração começou a ser constituído por vereadores. Não está em causa a qualidade e dedicação das pessoas, mas sim o tempo disponível para a organização. 2 – Frota fortemente envelhecida e insuficiente. Está a ser rigorosamente cumprido o Plano de Renovação da Frota aprovado em meados de 2023. Para além dos 4 autocarros seminovos adquiridos em 2023, os 22 autocarros elétricos entretanto recebidos no final do ano, cujo financiamento pelo POSEUR foi salvo in extremis pelo resiliente trabalho em equipa dos SMTUC e da CMC, irão mitigar fortemente as insuficiências da frota, sendo fundamental continuar a cumprir o plano. 2023 foi o ano em que se adquiriam mais autocarros, 4 seminovos a diesel, sem financiamento, e 22 elétricos, com financiamento. 3 – Impossibilidade de remuneração adequada dos profissionais dos SMTUC, inviabilizando a contratação de recursos humanos suficientes, em particular dos assistentes operacionais, em virtude da Lei 12-A de 2008, que os Governos mais recentes não quiseram corrigir, não obstante a disponibilidade e persistentes insistências do atual executivo camarário. Quando estávamos a trabalhar um caminho alternativo com o atual Governo, infelizmente entrou-se na crise política que presentemente vivemos. Dentro daquilo que está ao alcance da autarquia, a opção gestonária está a ser aplicada. Ao longo dos dois primeiros anos do atual mandato autárquico tem sido evidente o absolutamente notável e esforçado trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração dos SMTUC, que agradeço e reconheço publicamente, em que um dos paradigmas se traduz precisamente na renovação da frota de autocarros. Porém, como sempre afirmámos, uma gestão em part-time não permite dedicar à gestão dos SMTUC, à antecipação, prevenção e resolução de múltiplos problemas, todo o tempo que os mesmos exigem. Tendo sempre como objetivo final a melhoria do serviço prestado pelos SMTUC aos municípios, o que hoje se propõe para aprovação em reunião*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*do executivo camarário é precisamente o propósito de tratamento do problema elencado no ponto 1, a gestão, propondo a criação de um Conselho de Administração a tempo inteiro, conforme previsto na Lei, possibilitando uma gestão profissional e dedicada permanente, ao mesmo tempo que se libertam os vereadores para o desempenho dos seus restantes e consumptivos pelouros camarários. Os currículos dos três elementos propostos, um gestor de reconhecido mérito para presidente do Conselho de Administração e dois vogais que já trabalham nos SMTUC, um deles a atual Diretora Delegada, dão-nos todas as garantias da qualidade futura da gestão dos SMTUC. Os SMTUC, essenciais aos seus utentes e um pilar nuclear do desenvolvimento sustentável de Coimbra, são um serviço extremamente complexo e sensível, com um orçamento de 29.377.829,00 € e um mapa de pessoal com uma dotação global de 551 postos de trabalho, dos quais 81 estão vagos, pelo que precisam de mais horas de gestão em proximidade, para benefício da instituição, dos seus trabalhadores e dos municípios.*

*Nesta hora, e também relacionado com este assunto, quero salientar e agradecer profundamente o enorme esforço e o trabalho contínuo, que incluiu o dia 30 de Dezembro, desenvolvido pelo Departamento Financeiro da CMC no final do ano transato, que nos permitiu encerrar de forma muito equilibrada as contas da 2023.”*

### **2. Relatório do 4.º trimestre de 2023 da Divisão de Apoio às Freguesias**

Sobre este assunto o Senhor Presidente proferiu a seguinte intervenção:

*“Finalmente, vem hoje para conhecimento desta Câmara o relatório do 4º trimestre de 2023 da Divisão de Apoio às Freguesias, a cuja equipa agradeço, demonstrando a qualidade e intensidade com que hoje se trabalha nesta Câmara, com as obras praticamente em dia, representando um grande esforço de recuperação, o que merece ser notícia, e cumprindo o que nunca antes tinha sido cumprido pelo anterior executivo camarário, que procurava esconder os enormes atrasos nas obras das freguesias. Assim:*

*- Dos 83 projetos preconizados para o período 2018 a 2021, encontram-se 79 concluídos, faltando 4 por elaborar e/ou reformular. Devido à complexidade e/ou intervenção de várias entidades dos 4 projetos em falta, estes encontram-se dependentes de documentos por parte das Freguesias/União das Freguesias.*

*- Dos 39 projetos referentes aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências de 2022, 38 projetos já foram aprovados, faltando apenas 1 projeto que se encontra em elaboração; 14 obras já estão concluídas e 7 estão em execução.*

*- Dos atuais 30 projetos referentes aos Contratos Interadministrativos de 2023, 22 estão aprovados, estando 8 projetos em elaboração.*

*De salientar que a DAF continua a dar apoio técnico a várias associações do concelho, para que os seus antigos problemas sejam finalmente ultrapassados.”*

### **Intervenção dos Senhores Vereadores**

### **Intervenção da Senhora Vereadora Regina Bento**

A Senhora Vereadora Regina Bento proferiu a seguinte intervenção:

### **1. Colplay - Relatório de Gestão do Estádio Cidade de Coimbra**

*“Começo a minha intervenção por endereçar a todas e a todos votos de um Feliz Ano Novo, com muita saúde. Lamento voltar a um tema do ano velho, mas mesmo no final do ano, a agência Lusa divulgou que teve acesso ao relatório de gestão do Estádio Cidade de Coimbra relativo à época desportiva 2022/2023, que terá sido entregue à Câmara Municipal, no qual consta que a promotora dos concertos dos Coldplay, a empresa Everthing is New, pagou 300.000€ à Académica pela utilização do Estádio Cidade de Coimbra para a realização dos quatro concertos. Valor este que representará quase metade das receitas do Estádio nesse ano.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Para além disso, a promotora terá ainda pago mais de meio milhão de euros em obras de manutenção, sobre as quais já solicitámos relatório detalhado, dado tratar-se de um equipamento municipal, tendo o Executivo frontalmente recusado fornecer qualquer informação. Face ao exposto, estávamos à espera que estivesse agendado para esta reunião de câmara, o referido relatório de gestão entregue pela Académica. Mas tal não aconteceu pelo que venho requerer formalmente a disponibilização desse relatório aos Vereadores da Oposição. Sem querer antecipar o conteúdo do mesmo ao qual não tivemos acesso, mas baseando-nos no que foi noticiado e não contrariado pelo Executivo Municipal, toda esta situação carece de clarificação, tendo sido desde o primeiro momento sempre muito nebulosa. Estaremos perante o financiamento municipal de um clube de futebol por interposta entidade?! Recordo que a Câmara Municipal atribuiu um apoio financeiro à empresa Everthing is New no valor de 440.000€ para a realização dos concertos. E agora vimos a saber que essa mesma empresa pagou 300.000€ à Académica para utilizar o Estádio Cidade de Coimbra para os mesmos concertos! Ora, sabendo que a lei proíbe que os clubes desportivos participantes em competições desportivas de natureza profissional não podem beneficiar, de apoios ou participações financeiras por parte do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, sob qualquer forma, poderemos estar aqui numa situação de grande fragilidade legal que carece de clarificação urgente, pois, nos termos do disposto no artigo 4.º, n.º 2, do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013) são nulas as deliberações de qualquer órgão das autarquias locais (...) que determinem ou autorizem a realização de despesas não permitidas por lei”. No mesmo sentido dispõe o artigo 50.º, n.º 2, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Cuidado Sr. Presidente que este tipo de situações costuma dar perda de mandato!”*

Mais uma vez, o Senhor **Presidente** informou que o Executivo já apresentou o relatório dos Coldplay. A Senhora Vereadora pretende o relatório da Everything is new e, por isso, terá de lho pedir. Relativamente à insinuação levantada sobre o financiamento municipal encapotado à Associação Académica de Coimbra, espera que a Senhora Vereadora apresente a respetiva queixa ao Ministério Público.

### 2. Autocarros elétricos dos SMTUC

*“Um outro assunto que queria colocar tem a ver com os 22 novos autocarros elétricos dos SMTUC que os senhores não se cansam de anunciar, desde o final do ano passado, mas que até ao momento ainda não estão a circular? Gostaríamos de saber porquê? Não será mais do que tempo? Recordo que estes autocarros foram adquiridos ao abrigo de uma candidatura ainda submetida pelo Executivo do PS, em setembro de 2021. Essa candidatura foi aprovada em 15 de fevereiro de 2022. Está quase a fazer 2 anos e os senhores ainda não a conseguiram executar e pôr os autocarros ao serviço da população, mas não se cansam de os anunciar e até já os contabilizaram para o plano de renovação da frota do ano passado, pese embora não tenham feito 1 km ao serviço das pessoas! Estamos todos saturados deste tipo de política permanentemente enganosa! Solicitamos os devidos esclarecimentos! Se os 22 autocarros já chegaram conforme publicitaram porque é que não estão ainda a circular, ao serviço das pessoas?!”*

Em relação aos 22 autocarros elétricos o Senhor **Presidente** disse que o Executivo anterior, ao apresentar uma candidatura insuficiente, retirou a Coimbra e aos utentes dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra a possibilidade de receber agora mais treze autocarros standard.

### 3. Plano municipal de contingência para pessoas em situação de sem-abrigo

*“Para concluir, face ao alerta de temperaturas extremamente baixas, deverá ser de imediato ativado o plano municipal de contingência para pessoas em situação de sem-abrigo.”*

Deu conhecimento que o Plano de Contingência está em vigor e é automaticamente ativado sempre que se verificarem as condições para o fazer. Recordou que no anterior Executivo previa-se que o plano fosse ativado





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

só com dois dias seguidos de temperaturas negativas. Este Executivo alterou para dois dias seguidos de temperaturas de um grau. Por isso, disse não reconhecer autoridade moral à Senhora Vereadora Regina Bento para falar sobre este assunto. Além disso as equipas estão na rua a avaliar todas as situações.

### **Intervenção do Senhor Vereador Francisco Queirós**

#### **1. Centro de Digitalização**

O Senhor Vereador informou que, juntamente com o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora Ana Bastos, esteve presente, no passado dia 04/01/2023, na Divisão do Arquivo Geral Municipal, no Centro de Digitalização. Puderam verificar o estado dos processos de digitalização e o tratamento arquivístico de um vasto conjunto de documentação disponível nos serviços municipais, tais como, alvarás de autorização de utilização, alvarás de licença similares de hotelaria, alvarás de alteração de autorização de utilização, alvarás de utilização turística, títulos de licença de exploração e alvarás de exploração de estabelecimentos, etc. Informou ainda que está em curso, pela Divisão de Arquivo Geral Municipal, um trabalho de desmaterialização de vários outros conjuntos de documentos, como livros de atas das reuniões da Câmara Municipal desde o século XV, escrituras, documentos anexos desde 1863, com conclusão previsível, muitas delas, até ao final do mês de maio. Sem data para conclusão encontram-se os processos de licenciamento de obras particulares e processos de loteamento, por se tratar de um vastíssimo conjunto de documentos que, paulatinamente e com o dedicado trabalho dos funcionários dos serviços municipais, têm vindo a ser reduzidos e digitalizados, permitindo o seu armazenamento e a sua acessibilidade pelos serviços de uma outra forma. Esta divisão, em articulação com o Departamento de Tecnologias de Informação e Inovação Digital e o Departamento de Cultura e Turismo, assegura os trabalhos de planeamento para a disponibilização pública dos documentos com um valor histórico, a partir do próximo dia 09 de junho de 2024, Dia Internacional de Arquivos, onde, para além desta documentação, existe também um conjunto de documentos de valor histórico, do Arquivo Histórico Municipal, que poderá ser disponibilizado ao público. É um passo significativo de enorme valor para o Município de Coimbra.

O Senhor **Presidente** regozijou-se pelo trabalho do Centro de Digitalização do Arquivo de Coimbra e agradecimento pelo trabalho fantástico que os serviços estão a desenvolver. Referiu que as máquinas que atualmente estão a funcionar estavam desativadas aquando da tomada de posse deste Executivo. Feito o investimento para as colocar a funcionar, hoje, para benefício do Município, dos munícipes e dos serviços, o Centro de Digitalização do Arquivo de Coimbra está a funcionar em pleno, a libertar prateleiras, com um trabalho notável pela respetiva divisão.

#### **2. Presidente da Associação de Moradores do Bairro de Celas – falecimento**

Manifestou o seu pesar pelo falecimento, no passado sábado, do Senhor Fernando Ribeiro, Presidente da Associação de Moradores do Bairro de Celas. Disse ainda que, apesar de manifestar o pesar à família, aos amigos e à Associação de Moradores, esta é uma oportunidade para sublinhar a dedicação de pessoas, como o Senhor Fernando que faleceu com 83 anos, de forma muito empenhada, para a melhoria das condições de vida dos seus *co-moradores*, vizinhos, dos moradores dos seus bairros. As associações de moradores têm um papel importantíssimo nos bairros municipais e um contributo enorme. Portanto, a homenagem prestada ao Senhor Fernando Ribeiro é uma homenagem a todos os que muitas vezes prejudicam a sua vida familiar para se dedicarem ao bem-estar da sua comunidade.

#### **3. Samambaia**

Referiu-se ao encerramento do Samambaia, café que surgiu no Bairro Norton de Matos em 1959. Disse que no seu modelo de cidade, há comércio local, estabelecimentos de proximidade, o quiosque do bairro, a



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

mercearia e há cafés onde se juntam pessoas vindas de outras partes da cidade e, na sua opinião, este modelo de cidade, onde é possível vivenciar melhor a cidadania, deve ser preservado e defendido. Quando desaparecem cafés como o Samambaia, que espera que reabra, é um pouco deste modelo de cidade que desaparece. O Bairro Norton de Matos ainda preserva muitas destas características e deseja que Coimbra não se afaste desse caminho e consiga ser cada vez mais essa Cidade com humanidade, com cidadania, com cada vez mais pessoas.

O Senhor **Presidente** registou com tristeza o encerramento do Samambaia e espera que possa reabrir, assim como que outros espaços emblemáticos do Bairro Norton de Matos resistam aos novos tempos e que este mantenha as suas características tão próprias e tão específicas. Para isso também é essencial desenvolver Coimbra e aumentar o número de residentes para que o comércio tradicional continue a ter os clientes que necessita para sobreviver.

### **Intervenção do Senhor Vereador José Dias**

O Senhor Vereador proferiu a seguinte intervenção:

#### **1. Linha de alta velocidade**

*“Cumprimento o Senhor Presidente, as colegas vereadoras e vereadores,  
Comunicação Social,  
Corpo técnico municipal,  
Municípios aqui presentes e que nos acompanham por via digital,  
Começo por desejar um excelente ano de 2024.*

*Chegado o mês de janeiro, é este o momento de se avançar com o concurso de uma das obras mais estruturantes para o país e, em específico, para Coimbra: a linha de alta velocidade. A isto se deve a necessidade de candidatura a fundos europeus, fundamentais para avançar com este projeto que tem como missão aproximar o país, mas, ao mesmo tempo, possibilitar a ligação à península ibérica. 729 milhões de euros de fundos europeus, para dois troços, entre Porto e Soure (nomeadamente Soure-Oiã e Oiã-Porto), para além do financiamento proveniente do Banco Europeu de Investimento (pelo menos mais 625 milhões de euros). O limite é o dia 30 de janeiro deste ano. Estamos todos cientes da relevância social e económica de um projeto desta natureza, para o país, até pelos problemas conhecidos na Linha do Norte. Contudo, esta é uma iniciativa que coloca Coimbra como centro nevrálgico em Portugal, com uma distância de meia hora ao Aeroporto do Porto e de cinquenta minutos a Lisboa. A estação de Coimbra-B será ampliada, a Linha do Norte será quadruplicada em Taveiro e serão resolvidos inúmeros problemas de ligação à Figueira da Foz, mas igualmente a Aveiro e ao Oeste. A reboque de toda esta evolução, já falámos em reuniões de executivo, por diversas vezes, do novo planeamento urbano que envolve a zona entre a estação, o rio Mondego e a Avenida Fernão de Magalhães. Ninguém tem dúvidas do tremendo impacto que este investimento terá para o concelho de Coimbra e, claro, para toda a região. Em termos económicos, sociais e ambientais.*

*Com a situação que vivemos no país, o Primeiro-Ministro, responsabilmente, colocou a decisão de se avançar com o concurso num acordo entre o novo líder do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, e o atual Presidente do PSD, Luís Montenegro. Caso não exista acordo, este é um processo que ficará para transição, assumindo o próximo Governo a decisão final. Considerando o calendário de candidatura aos fundos europeus, este último cenário será uma oportunidade perdida. É, por isso, inconcebível que uma obra estratégica desta importância seja colocada em causa. Veio a público, nas últimas semanas, a resistência do PSD em fazer avançar este concurso.*

*O PS não está disponível em perder este projeto e, assim, levará a plenário, na Assembleia da República, já no dia de amanhã, a discussão de um projeto de resolução que recomenda ao Governo “o desenvolvimento das diligências conducentes ao início do concurso da Linha de Alta-Velocidade Porto-Lisboa”. E em Coimbra,*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*o que diz a coligação que governa atualmente a Câmara Municipal? O Senhor Presidente é sempre muito rápido a criticar o governo socialista, mas ainda não lhe ouvimos uma palavra que fosse sobre o que está a acontecer neste debate da alta velocidade. Publicitou que organizaria um corte da A1 em defesa do IP3, mas não conseguiu dispensar um minuto que fosse para, nem que fosse numa publicação nas redes sociais, falar de uma das maiores obras municipais – se não mesmo a maior.*

*Durante estes dois anos de mandato na Câmara Municipal de Coimbra, discutimos abundantemente políticas de mobilidade – e essa é uma evidência positiva. Contudo, muito se tem falado de passado, por parte do atual executivo, transmitindo responsabilidades para quem lhe antecedeu. Mas agora o PSD tem a decisão nas suas mãos. Sendo este o principal partido de suporte ao Senhor Presidente, não mereceria uma posição pública desta Câmara a favor da linha de alta velocidade? Explicaram ao líder do maior partido desta coligação o que perderá Coimbra com a recusa em se avançar com este concurso? É preciso voltarmos a constituir grupos de trabalho para estudar o que já está mais do que estudado? Este é o tempo de avançar e não de bloquear. Nenhuma razão política pode ficar acima dos interesses do nosso concelho. Não o podemos entender e não o podemos aceitar. O Partido Socialista lamenta a posição de bloqueio do PSD e a inércia desta coligação em fazer a pressão que tem de fazer.”*

O Senhor **Presidente** referiu que, embora tecnicamente a linha do Norte vá ser quadruplicada na zona de Taveiro, como noutras zonas, na verdade, as mesmas vão ser duplicadas, ou seja, vão passar de duas para quatro e não de duas para oito. Considera urgente o lançamento do concurso da linha de alta velocidade. Aliás, este Executivo tem sido suficientemente incisivo na defesa da linha de alta velocidade e da sua urgência e importância estratégica para Coimbra, ao contrário de alguns dirigentes do PS que, infelizmente manifestam publicamente uma visão prejudicial aos interesses de Coimbra.

### **Intervenção do Senhor Vereador Hernâni Caniço**

#### **1. Ano novo**

O Senhor Vereador proferiu a seguinte intervenção:

*“Sr. Presidente, senhoras e senhores, as mais cordiais saudações a todas e a todos.*

*BOM ANO NOVO! Sem hipocrisia nem perfídia, sem emulação nem bajulação, sem guerras intestinas e assassinas, sem fuga aos impostos nem off-shores, sem dificuldade de acesso à saúde, educação e habitação. Com verdade e coerência, com amizade e paz, com tributação fiscal justa e contributo desinteressado para a sociedade, com combate à desigualdade e promoção dos direitos humanos. E para Coimbra, não vai nada, nada? Nem sequer vai um estudante ou ex-estudante dirigente da AAC para a comemoração dos 50 Anos do 25 de Abril organizada pela Câmara... Que venha o princípio do fim da demagogia intelectualóide, da prepotência do poder absoluto, da ilusão e do faz de conta, da incompetência disfarçada por propaganda, do compadrio e dos privilégios, das festas desmedidas para disfarçar, da acção social adiada, da cultura a metro, do desajustamento do combate às alterações climáticas e do abate e abandono de espaços verdes, das obras sem planeamento ordenado, do trânsito sem regulação, da falta do desenvolvimento económico prometido.*

*Que venha um bom ANO NOVO!*

*Prometeu, na mitologia grega, foi aquele cujo nome significa “que vê antes”, ou seja, que tem a clarividência, que deu o pensamento aos homens, e lhes concedeu as técnicas e as artes, a partir do qual surge a sabedoria humana. Mas afinal, tratava-se apenas de um mito, uma personagem que não foi real, uma quimera, não havendo um dono da sabedoria humana. Prometeu hoje, é um acto de prometer, de afirmar previamente que se vai cumprir, dar ou realizar algo, dar esperanças. E o executivo, na sessão da Câmara realizada em Brasfemes, em 05.09.22 (já lá vão 1 ano e 4 meses) prometeu... o que beneficiaria a população de Brasfemes, por palavra e obras, no momento em que se preparavam as GOP 2023, e que não tiveram qualquer resolução. Vamos lembrar os esquecidos (que não são a população de Brasfemes), mas àqueles que fazem por esquecer*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*o que prometem. Já sabemos que, em resposta (se é que a há), vão ser acusados outros que já cá não estão, no passa-culpas habitual, como se um executivo fosse para acusar e não para resolver. E para Brasfemes, que também é Coimbra, deveria ir:*

*- Estudo para redução de velocidade de circulação rodoviária e aumento de segurança dos peões, com eventual colocação de bandas redutoras de velocidade em borracha, demarcação de lugares de estacionamento e criação de 3 rotundas (para reduzir a velocidade automóvel, aumentar a segurança rodoviária dos automobilistas e melhorar as condições circulação dos peões (e-mails sem resposta do Município desde Abril de 2020);*

*- Construção da Estrada Horta da Serra (declaração de interesse público municipal por deliberação em Reunião de Câmara em 27.04.09), o que iria retirar do interior da povoação de Vilarinho todo o trânsito entre Coimbra, Brasfemes e Penacova, que hoje se faz através de arruamentos de reduzido perfil transversal e declive acentuado;*

*- A construção de acesso condigno ao pavilhão da Associação Cultural de Vilarinho;*

*- Quanto ao Parque Escolar, o Jardim de Infância carece da reabilitação do seu parque exterior (equipamentos e piso), pois está a colocar em risco as crianças frequentadoras;*

*- Na Escola Primária, é fundamental a construção de um espaço coberto no recreio (pelos dias de chuva ou sol intenso, obviamente) e a criação de um mini-campo de jogos com colocação de balizas e piso adequado à prática desportiva;*

*- A atribuição de uma verba nas GOP para a construção do Lar de Idosos (obra orçamentada em cerca de 1 milhão e meio de euros, com comparticipação pelo financiamento Pares 3.0 de 85% (faltando, portanto, 225.000 euros), e que se encontra em avançado estado de construção pelo Centro de Bem Estar Social de Brasfemes;*

*- Os Bombeiros Voluntários de Brasfemes, cuja mais valia dispensa elogios sem apoios concretos, têm a seu encargo um empréstimo bancário que se encontra em liquidação nos próximos 2 anos, relativo à aquisição de viaturas de transporte de doentes e ambulância; e necessita construir uma camarata feminina e sala do bombeiro, orçados em cerca de 250.000,00€, sendo cabimentado um aumento de 10.000,00€ nas GOP de 2024, contrariando a pretensão de pelo menos duplicar a verba de 100.000 euros, conforme prometido em campanha eleitoral.*

*Prometeu já não é o que era, excepto para este executivo, que é um mito, tal como Prometeu. Tenho dito.”*

O Senhor **Presidente** reafirmou que Associação Académica de Coimbra deve organizar as suas próprias comemorações sem paternalismos e sem tutelas políticas. Em relação a Brasfemes, estão a ser resolvidos problemas que o PS não resolveu e o elencar das insuficiências trazidas pelo Senhor Vereador Hernâni Caniço, é o recordar que nada disso foi feito em oito anos. Quanto à questão das lombas, o Senhor Presidente informou que está a ser feita de forma tecnicamente correta, o que também não foi feito em oito anos pelo anterior Executivo.

### **Intervenção da Senhora Vereadora Rosa Cruz**

#### **1. Votos de Ano Novo**

*“Inicio desejando, a todos e a todas aqui presentes e aos munícipes de Coimbra, votos de um feliz ano de 2024. Acabados de entrar em 2024, temos pela frente um novo ano que ninguém, nem mesmo as dezenas de comentadores mais especializados dos serviços de comunicação e dos vários quadrantes políticos consegue prever. Com base nas circunstâncias por todos conhecidas, fazem-se diagnósticos, colocam-se inúmeras hipóteses, atiram-se possibilidades, mas ninguém arrisca cenários concretos. E, por isso, para 2024, temos apenas e só um enorme ponto de interrogação.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Enfrentamos problemas globais graves, conflitos e guerras e respetivas consequências nefastas que afetam todo mundo global e local. Sentimos a ameaça de uma sociedade que tende para grandes assimetrias e vozes que insistem na via fácil e perigosa do discurso do medo e do extremismo. O cenário é de absoluta imprevisibilidade, a nós cabe-nos enfrentar os obstáculos e lutar por um futuro melhor para as atuais e novas gerações.*

*Sabemos também que este é o ano das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, a comemoração da liberdade e da democracia, da alegria sentida em 1974, face à expectativa de uma sociedade mais livre, justa, mais aberta e mais equitativa; valores que temos hoje de continuar a defender intransigentemente.*

*Em 2024 decorrem eleições legislativas e europeias. O ato de votar, de escolher aqueles que nos próximos anos vão decidir as linhas mestras das políticas que nos vão reger, é um ato de liberdade absoluta, um dever que todos devem cumprir, onde se alicerçam todos os outros direitos elementares de uma sociedade que se quer justa e igual. Face à realidade com que nos deparamos, este elementar ato democrático que é **votar**, é, efetivamente, um momento de celebração; é o momento em que livremente arriscamos, uma vez mais, a hipótese de melhorar a nossa vida e a dos que nos rodeiam.*

*Esta é talvez a época mais difícil que a democracia e, por sua vez, a sociedade portuguesa vivencia depois do 25 de abril: não se trata apenas de defender a nossa qualidade de vida individual, mas o sistema que acreditamos ser o mais justo socialmente. Para isso, enquanto sociedade, temos de mobilizar-nos e agir.*

*Assim, para 2024, desejo a todos os munícipes de Coimbra muita resiliência e sabedoria para lidar com as dificuldades do quotidiano; espírito crítico para saber distinguir e escolher em consciência em todas as áreas da vida. Apelo a uma cidadania ativa e participativa, como base de uma sociedade justa e equilibrada e finalmente, não menos importante - muita saúde, felicidade e confiança num futuro melhor.*

*Disse.”*

### **Intervenção do Senhor Vereador Miguel Fonseca**

O Senhor Vereador proferiu a seguinte intervenção:

#### **1. Votos de Ano Novo**

*“Começo por desejar a todos um excelente ano de 2024, repleto de realizações, saúde e prosperidade. Que este novo ano nos traga união e força enquanto comunidade e nos permita continuarmos a impulsionar o desenvolvimento de Coimbra.”*

#### **2. 1.ª Maratona Coimbra a Pedalar**

*“Este sábado decorreu no Mercado Municipal D. Pedro V a “1ª Maratona Coimbra a Pedalar”, um evento solidário que reuniu mais de 150 pessoas, contando com a minha participação, do senhor presidente e do meu colega vereador Carlos Lopes. Foram quatro horas a praticar Indoor Cycling com o objetivo de promover um estilo de vida saudável e apoiar a Associação Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro. Além destes nobres objetivos, este evento, o primeiro do ano no Mercado, vem mais uma vez provar a versatilidade deste espaço que é cada vez mais um dos pontos de encontro da cidade. A receita gerada ainda está a ser apurada, e será em breve entregue à Acreditar. Gostaria de agradecer a todos os ginásios que tornaram este evento possível, à Renasceia, à União das Freguesias de Coimbra e a todos os envolvidos. Foi uma tarde divertida e saudável, que uniu o desporto à responsabilidade social, trazendo ao nosso Mercado uma dinâmica incrível.”*

#### **3. Conselho Estratégico Municipal para o Desenvolvimento de Coimbra**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*“Num outro âmbito, gostaria de vos dar conta que o Conselho Estratégico Municipal para o Desenvolvimento de Coimbra (CEMDC) reuniu pela quarta e última vez no dia 21 de dezembro no ISCAC| Coimbra Business School. Nessa ocasião, foram analisados assuntos como o recém-aprovado Regulamento Interno da Via Rápida para o Investimento (VRI), a Estratégia Municipal para a Inovação, o projeto @Baixa, no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais, e o Coimbra Invest Summit, cuja primeira edição ocorreu em setembro. A este respeito, quero informar-vos que foi criado um focus group com os parceiros da organização – UC, IPC, iParque, IPN – que irá realizar reuniões de trabalho periódicas para preparação da 2ª edição do Coimbra Invest Summit, agendada para os dias 9 a 11 de outubro de 2024, e que pretendemos que constitua novamente um momento de afirmação do nosso concelho como um destino preferencial para os investidores geradores de emprego e criadores de valor económico para o nosso Concelho.”*

### **Intervenção da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz**

#### **1. Presidente da Associação de Moradores do Bairro de Celas - Falecimento**

Sobre este assunto a Senhora Vereadora proferiu a seguinte intervenção:

*“O Sr. Fernando Ribeiro, Presidente da Associação de Moradores do Bairro de Celas, faleceu este fim de semana (sábado) aos 83 anos. Fernando Ribeiro pertenceu à última geração de habitantes, conhecidos como os “Salatinas”, que saiu da velha Alta de Coimbra, para a construção da alta Universitária. Residindo no Bairro desde 1946, com os seus pais, aí constituiu família, mantendo sempre viva a memória da origem dos moradores mais antigos do Bairro. Sempre preocupado com os problemas do Bairro enquanto morador, foi um dos vários moradores que esteve na génese da constituição da Associação de Moradores do Bairro, assumindo a respetiva presidência em 2016. Enquanto presidente assumiu um papel primordial na relação e conhecimento das necessidades dos Moradores, especialmente dos mais idosos e carenciados. Para além da cooperação e colaboração com a Câmara Municipal, Fernando Ribeiro valorizou sempre a promoção do convívio e entajuda dos moradores, a organização e realização de atividades culturais, recreativas e desportivas e lutou para assegurar o conhecimento, as origens e as tradições do seu Bairro. Por todo o seu empenho, colaboração e verticalidade, o Sr. Fernando Ribeiro, Presidente da Associação do Bairro de Celas, será sempre recordado.”*

#### **2. Habitação Social - Balanço**

A Senhora Vereadora fez um balanço sobre a habitação social, cuja sumula da apresentação feita é a seguinte: - iniciou com a matriz de análise, Presente no Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado (RMAAHRAA) – publicado no Diário da República, 2.ª série – n.º 221 de 16 de novembro de 2017. Salientou que, quando um agregado familiar se dirige à Divisão de Habitação Social a solicitar apoio, a pontuação é atribuída de acordo com os critérios de ponderação: tipo de alojamento; motivo do pedido; local de residência; tempo de residência em Coimbra; tipo de família; elementos com incapacidade, deficiência ou grave enfermidade; violência doméstica; relação renda do alojamento atual/rendimento mensal corrigido; escalões de rendimento Per Capita em fundos do valor do IAS; índice de ocupação/sobrecupação. Divulgou os dados relacionados com novos pedidos de habitação social no concelho, nos últimos 15 anos, notando que 2023 foi o ano com o número mais alto desde 2008, que certamente se devem à crise económica, à crise financeira e social, mas também à crise de habitação e aos valores do mercado privado de arrendamento completamente absurdos. Sobre a evolução do número de processos na Divisão de Habitação Social, tendo explicado que o decréscimo registado em setembro de 2023, de 50 processos, se deve a arquivamento de processos e também a alguns processos que são retirados da lista quando estudados/analizados. No dia 01 de janeiro de 2024, na última lista, homologada a 4 de janeiro de 2024,



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

registavam-se 582 processos ativos, 231 processos referentes a habitações de tipologia T1, 206 T2, 99 T3 e 46 T4. Em relação aos realojamentos, o ano de 2023 salientou-se de uma forma bastante positiva em relação ao número de contratos celebrados. O ano de 2023 foi o ano com o maior número de contratos celebrados nos últimos 10 anos e espera aproveitar os programas agora disponíveis, nomeadamente o 1.º Direito, para continuar a crescer com este número. De um total de 72 realojamentos efetuados, 46 são realojamentos e 26 novos realojamentos. Todos os meses tem havido contratos. A maioria dos contratos foram celebrados no Bairro do Ingote (22) e no Bairro da Rosa (21), seguidos do Bairro de Celas (18), Edifícios Municipais -UFC (4), Bairro da Conchada (2) Subarrendamentos diversos (2) Centro de Estágio Habitacional (2) Bairro da Quinta da Rosa (1).

### 3. Plano municipal de contingência para pessoas em situação de sem-abrigo

Em resposta à Senhora Vereadora Regina Bento, lembrou que o plano municipal de contingência para pessoas em situação de sem-abrigo foi aprovado em reunião da Câmara Municipal e é ativado quando se registem valores mínimos de temperatura diária ou inferior a 1 grau durante dois dias consecutivos, o que não aconteceu e não se perspetiva que venha a acontecer. De qualquer forma a Proteção Civil, a Divisão de Ação Social e as equipas de rua, estão atentas a isso.

### 4. Resposta ao Senhor Vereador Hernâni Caniço

Sobre a questão da ação social adiada, a Senhora Vereadora solicitou explicações ao Senhor Vereador Hernâni Caniço. Em relação ao jardim de infância e ao 1.º CEB de Brasfemes mostrou a sua concordância com o Senhor Vereador e informou sobre a intenção de se fazer um balanço de como é que, em outubro, este Município recebeu grande parte das escolas. Falar nas escolas e durante oito anos ter feito muito pouco não é bonito de se ver, disse.

### 5. “Territórios da Longevidade” - Reconhecimento

Sobre este assunto a Senhora Vereadora proferiu a seguinte intervenção:

*“É, com enorme satisfação e orgulho, que o Município de Coimbra recebeu no passado dia 19 de dezembro a distinção de “Territórios da Longevidade”, um reconhecimento que foi efetuado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro) e que visa distinguir os territórios que melhores condições oferecem para um envelhecimento seguro, saudável e ativo.*

*Esta distinção é, para nós, o reconhecimento do trabalho, empenho e dedicação, não só dos elementos do Gabinete de Gerontologia e Envelhecimento Ativo da Câmara Municipal de Coimbra, como também de todas as entidades, quer públicas, quer privadas, sem exceção, que trabalham em prol das pessoas adultas mais velhas residentes no nosso Município, pelo que aqui endereço o nosso sincero agradecimento.*

*Este reconhecimento é o resultado, por um lado, do apuramento de um conjunto multidimensional de indicadores de caracterização socioeconómica, disponíveis ao nível municipal, para medir o desempenho age-friendly dos territórios e, por outro, da análise às incidências de iniciativas de envelhecimento ativo e saudável, a partir da análise à abrangência territorial, à maturidade e à capacidade de estabelecer redes e parcerias das candidaturas submetidas ao Prémio Regional de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável, promovido pela CCDRC.*

*Deste modo, este reconhecimento é extremamente importante, não só para o Município de Coimbra, como também, de igual forma, para todas as entidades concelhias que promovem um envelhecimento mais ativo e saudável da população adulta mais velha, não só através da dinamização de respostas sociais séniores, como também através da implementação e consolidação de projetos e criação de novas respostas, soluções e*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*estratégias com vista ao prosseguimento de objetivos comuns: a melhoria do bem estar biopsicossocial da população adulta mais velha, acrescentando mais anos à vida, como também mais vida aos anos! Por fim, dar ainda nota que este reconhecimento é também um desafio para o Município de Coimbra, para continuarmos a inovar nas políticas e estratégias municipais, sobretudo para com as pessoas adultas mais velhas, atendendo às dinâmicas demográficas do concelho, que são transversais a todo o país.”*

### **6. Escola Secundária José Falcão**

Sobre este assunto a Senhora Vereadora proferiu a seguinte intervenção:

*“Ainda a propósito do Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Município de Coimbra e a Universidade de Coimbra para a reabilitação da Escola Secundária José Falcão, cujo Executivo desta Câmara foi alvo de referências como show off, por parte de deputados municipais do PS e da CDU, relembramos o seguinte:*

- 1) Esta proposta veio a reunião de Câmara de 24 de julho, para abertura do concurso – aprovado por unanimidade;*
- 2) A proposta com a UC foi presente à reunião de Câmara do dia 16 de outubro, com minuta do CIC, onde se encontra o cronograma trimestral das ações de cooperação e de elaboração do projeto – aprovada por unanimidade, mais uma vez.*

*Por forma a esclarecer, refira-se sucintamente:*

- a) O CIC foi assinado a 14.11.2023 entre o Município e a UC;*
- b) Nos primeiros 3 meses – até fevereiro de 2024, serão feitos os estudos preliminares – trabalho de arquivo, levantamento, patologias, estratégia e programa das atividades de participação e o projeto base;*
- c) O anteprojeto será entregue até final de agosto de 2024, sendo que a data apontada para a entrega final do projeto de arquitetura e especialidades será maio de 2025;*
- d) No que diz respeito às obras, estimam-se que demorem cerca de 18 meses – e ocorrerão, caso haja concurso para as mesmas, entre novembro de 2025 e maio de 2027.*

*Este foi o cronograma proposto pela UC e aprovado por unanimidade na Câmara, pese embora, claro está, sujeito a alterações, condicionadas pelas aberturas de avisos para financiamentos de equipamentos escolares. Como se pode comprovar, o que está a decorrer, nos dias de hoje, na Escola Secundária José Falcão é trabalho, trabalho sério e inovador, que só peca por nunca ter sido feito pelos anteriores executivos!”*

### **Intervenção do Senhor Vereador Carlos Lopes**

#### **1. Plano municipal de contingência para pessoas em situação de sem-abrigo**

Deu nota à Senhora Vereadora Regina Bento que irão ser reavaliadas amanhã, as previsões do IPMA e, se necessário, ativar-se-á o plano.

#### **2. Linha de alta velocidade**

A questão levantada pelo Senhor Vereador José Dias sobre a tomada de posição do PSD relativamente à estação e da linha de alta velocidade, numa altura de eleições legislativas e tendo já o Senhor Presidente da Câmara Municipal pedido aos partidos a sua posição naquilo que consideram ser importante para cada região e para o território e sendo uma questão nacional, terá, a seu tempo, essa validação, agora pela Aliança Democrática, ontem assinada e, portanto, não terá havido tempo para definir aquilo que serão todas as linhas programáticas dessa aliança. Acrescentou que quem bloqueou a solução durante oito anos foi o Governo do PS que não conseguiu, nem com a maioria absoluta que teve nos últimos dois, resolver o problema. Portanto,





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

a seu tempo, o PSD, a Coligação e a Aliança terão uma solução pública sobre o assunto que pensa, irá de encontro às pretensões do Concelho de Coimbra e da Região Centro.

### **3. Resposta ao Senhor Vereador Hernâni Caniço**

Sobre as questões de Brasfemes levantadas pelo Senhor Vereador Hernâni Caniço, confirmou que os acessos ao pavilhão não foram feitos, como muitas outras coisas nos últimos dois anos. Este Executivo, que está há dois anos em funções, teve a oportunidade de dar uma licença de utilização a esse pavilhão que não existia há mais de vinte anos e, hoje, há equipas da Secção de Hóquei a treinar no pavilhão de Vilarinho, o que para a freguesia é uma mais-valia.

### **4. RMAD 2022/2023 - Pagamentos**

Sobre este assunto o Senhor Vereador proferiu a seguinte intervenção:

*“Quero começar por realçar o facto de se ter procedido ao pagamento do RMAD 2022/2023, a todas as entidades, com exceção de uma por, não ter entregue o relatório e Contas do ano solicitado. Impõe-se, deste modo, um agradecimento especial à equipa do departamento financeiro, na pessoa da Dra. Regina Ferreira, o esforço e dedicação que permitiu durante o ano 2023, a melhoria substancial na atribuição atempada destes apoios, cruciais para a atividade física e manutenção dos níveis competitivos das Entidades e Clubes do Concelho.”*

### **5. Padel - Maria Francisca Pacheco dos Santos**

Sobre este assunto o Senhor Vereador proferiu a seguinte intervenção:

*“Dar uma palavra de reconhecimento à atleta conimbricense Maria Francisca Pacheco dos Santos, que na modalidade de Padel, conseguiu revalidar o título em 2023, sendo atualmente a tri campeã nacional na categoria Sub 14. Durante o ano que passou, representou também a seleção nacional, no campeonato do mundo de jovens, realizado no Paraguai, onde alcançou um honroso 3º lugar no open pairs. São estes exemplos que nos obrigam a todos fazer mais e melhor e nisso que estamos empenhados, naturalmente.”*

### **6. Associação de Estudantes do ISEC**

O Senhor Vereador informou que esteve presente na tomada de posse da Associação de Estudantes do ISEC, onde teve oportunidade de expressar a sua gratidão pelo que esta tem feito ao longo dos últimos anos pelo associativismo juvenil. Desejou à Associação de Estudantes as maiores felicidades por ter desempenhado um papel muito importante na divulgação do emprego jovem e espera que faça um ótimo mandato.

### **7. Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados Transportes Urbanos de Coimbra**

Sobre este assunto o Senhor Vereador proferiu a seguinte intervenção:

*“Vamos hoje votar a alteração do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados Transportes Urbanos de Coimbra e permitam-me ainda na qualidade de Vogal do CA partilhar alguns agradecimentos e considerações que se impõem com a alteração do modelo de gestão. Para os mais céticos dizer-lhes que é com otimismo que vejo esta mudança de gestão, a qual considero ser uma oportunidade de melhoria e eficiência para os Serviços. Os SMTUC são, de facto, um importante serviço público de mobilidade e que se encontra*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*alinhado com o principal instrumento de política energética e climática para a década 2021-2030 ao disponibilizar uma oferta coletiva de transporte público. Na verdade, os Serviços prestados pelos SMTUC, contribuem para a transferência do transporte individual para o transporte coletivo, sendo este um dos objetivos de referência do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), com o qual se pretende diminuir o consumo de recursos, de poluentes atmosféricos, de gases de efeito de estufa (GEE) e na redução de ruído. Ao contrário do que muitos podem pensar, os SMTUC não são só uma solução para a mobilidade, são os Serviços que contribuem para que Coimbra reduza a sua pegada carbónica e para que em conjunto com outras soluções modais, fique reforçado o caminho da sustentabilidade do concelho. Estou por isso muito grato ao Sr. Presidente pela oportunidade que me deu de participar na gestão dos SMTUC. Conheci os trabalhadores que diariamente contribuem para a dinâmica do concelho e uma estrutura que está no caminho da evolução qualitativa e que já deu muito à população e a este território. Esta vivência sai reforçada quando neste processo fizemos o maior investimento/ reforço em mobilidade coletiva elétrica que alguma vez tivemos em Coimbra. Esta é a diferença, entre aqueles que prometem e fazem a propaganda, e nós que diariamente tentamos procurar, nos últimos dois anos, implementar, através de uma nova dinâmica, as melhores soluções para que a comunidade usufrua de mais qualidade de vida: com menos emissões de CO2, menos Gases com Efeito de Estufa, menos ruído, maior disponibilidade de horários, mais serviço, mais tecnologia e mais ambiente. Por tudo isto, desejo ao futuro Conselho de Administração as melhores ventura e sucessos, que serão também os nossos.”*

### **Intervenção da Senhora Vereadora Ana Bastos**

#### **1. Autocarros elétricos dos SMTUC**

Em relação à questão colocada pela Senhora Vereadora Regina Bento sobre os 22 autocarros, esclareceu que estes foram sendo anunciados sempre com a preocupação do cumprimento do financiamento POSEUR que terminava no final deste ano. Havia dois lotes. O lote dos 12 miniautocarros rececionados nos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra a meio do mês de novembro, para os quais há necessidade de instalar o sistema de bilhética e um conjunto de autorizações, nomeadamente por parte do IMT, desde logo o registo de matrícula e à posteriori o certificado de circulação. Este, demora meses e, foi isso que esteve em causa, principalmente num final de ano, num final de programa de financiamento POSEUR e a grande concentração de serviços (porque eram várias as cidades e várias áreas metropolitanas que tinham financiamento atribuído) dentro do IMT e que atrasaram a emissão destes certificados. Para acalmar as pessoas, foram anunciando que os 12 miniautocarros já se encontravam disponíveis, o que se podia verificar na parada dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra. Informou que, entretanto, entre o Natal e o Ano Novo receberam os certificados de circulação dos 12 mais 10 autocarros standard. Sobre o lote destes 10 autocarros standard, transmitiu que já estão em Portugal, em Cernache do Bonjardim, sede da empresa fornecedora, Carbus, e ainda não tinham vindo para Coimbra por não terem o certificado de circulação. Neste momento já o têm. Informou ainda que estava a ser feita a pré-instalação do sistema de bilhética que ficava a cargo do próprio fornecedor. De acordo com a informação dos técnicos responsáveis espera que, dentro de uma semana os miniautocarros entrem ao serviço por serem absolutamente essenciais.

#### **2. Linha de alta velocidade**

Em relação à Linha de Alta Velocidade, a Senhora Vereadora lembrou que a Declaração de Impacto Ambiental é muito clara. O Município de Coimbra foi o único a emitir parecer favorável e, por isso, ninguém o pode acusar de estar contra ou tentar obstaculizar o Projeto de Alta Velocidade, ao contrário de alguns Presidentes de Junta, nomeadamente do PS, como é do conhecimento público. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São Martinho e Ribeira de Frades foi contra e continua a ser contra o



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

projeto. Aliás, fez questão de afirmar a sua posição na Assembleia Municipal. Portanto, não é este Executivo que está contra o projeto. Reiterou as palavras proferidas pelo Senhor Vereador José Dias, pois é absolutamente necessário para o desenvolvimento de Coimbra e, inclusive, que a paragem seja em plena Estação B. Acrescentou que o parecer foi favorável, mas muito condicionado às exigências dos direitos e garantias que têm de estar devidamente salvaguardadas por parte dos munícipes, nomeadamente por parte dos lesados em termos de expropriações. Essa tem sido uma preocupação e, por isso, a constituição do Gabinete de Apoio ao Município.

### 3. Intervenção do Senhor Vereador Hernâni Caniço - Resposta

Relativamente à questão sobre reorganização do trânsito colocada pelo Senhor Vereador Hernâni Caniço, a Senhora Vereadora assumiu reagir muito mal aos comentários generalistas, pois parece que dizem muito, mas não dizem nada. Acrescentou que é a primeira a agradecer e a analisar propostas concretas. O mesmo em relação às questões colocadas sobre Brasfemes. A segurança rodoviária tem de ser vista caso a caso. Se querem uma rotunda têm de dizer onde e porquê e, naturalmente os serviços técnicos farão a análise. No caso concreto das lombas, informou que está a ser preparado o lançamento de um concurso público, geral para todo o Concelho, para a sua construção. Está em análise a adequação de cada uma dessas propostas a cada local, a velocidade adequada e já foram feitos modelos de lombas consoante a velocidade máxima a estabelecer em cada local. Portanto, irá ser lançado esse concurso público e fazer-se de uma forma uniforme, tecnicamente correta quer em termos de localização, quer em termos de geometria, as lombas nos vários locais solicitados.

### 4. Reestruturação do CA dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Sobre este assunto a Senhora Vereadora proferiu a seguinte intervenção:

*“Neste fim de ciclo, ao terminarmos as nossas funções enquanto CA dos SMTUC, é nosso dever fazer publicamente um balanço sobre as dificuldades enfrentadas e os resultados obtidos ao longo dos 2 últimos anos. Foram 2 anos marcados por sérias dificuldades financeiras resultantes da perda de receitas em sequência da fase pandémica atravessada desde 2020 e que reduziu os níveis de procura e de receitas na ordem dos 43% (13,26 milhões em 2019 para 7,59 milhões em 2020). A agravar a instabilidade no sector da energia, motivada pela guerra na ucrania e mais tarde no médio oriente, veio a elevar os custos dos combustíveis para valores históricos, obrigando a alterações orçamentais para garantir a operação. No final de 2021, quando assumimos funções, os níveis de procura mantinham-se muito baixos (7,7 milhões de passageiros) e a receita cifrava-se nos 4,66 milhões de euros. A frota com 173 veículos encontrava-lhe extremamente envelhecida, com cerca de 15 anos de idade média, a taxa de imobilizado era já superior a 23% e a suspensão de chapas era uma constante. A necessidade de renovar a frota afirmou-se de imediato como uma das prioridades de ação, mas para a qual era imprescindível dispor de níveis de investimento avultados, o que não acontecia. O encerramento do PT2020 e com as verbas do PRR já atribuídas e direccionadas para os diferentes projectos, levaram a que, durante os 2 últimos anos, o governo apenas tenha aberto um aviso para aquisição de autocarros, com candidaturas elegíveis limitadas às 2 áreas metropolitanas. Ou seja, até ao momento, os SMTUC não tiveram qualquer outra oportunidade para adquirirem novos autocarros, que não fosse com investimento próprio. Apesar dos diversos esforços despendidos junto dos vários ministérios, não nos foi proporcionada qualquer outra fonte de financiamento, assente no facto de estar em execução a 3ª chamada do POSEUR, para aquisição de 22 veículos eléctricos e dos SMTUC não terem esgotado o plafon máximo no acto dessa mesma candidatura. Sobre esta matéria, sublinhe-se que a candidatura à 3ª chamada do POSEUR foi preparada e submetida sob a alçada do anterior executivo poucos dias antes da nossa tomada de posse. Apesar da nossa vontade e tentativa expressa de alteração, já não nos foi possível alterar o âmbito da candidatura. Caso contrário, a candidatura seria mais ajustada à reais necessidades dos SMTUC: (1) o*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*n.º de veículos standart teria aumentado em relação aos mini autocarros; (2) os minis autocarros teriam sido substituídos por autocarros midi, aumentando assim a versatilidade de utilização e potenciando a otimização dos recursos e (3): ter-se-ia esgotado o plafon máximo (na ordem dos 10 milhões), o que teria permitido adquirir mais 3 autocarros standart ou 4 minis.*

*Na impossibilidade (financeira e temporal) para se adquirir autocarros novos no curto prazo, o esforço foi por isso redireccionado para a elaboração do plano de renovação da frota de forma a permitir definir um programa de execução e avaliar as necessidades financeiras associadas. No curto prazo a ação centrou-se na procura de soluções para melhorar o desempenho das oficinas, o que justificou a celebração de vários contratos para externalização de serviços e de contratos para a manutenção preventiva com diferentes marcas. Em paralelo, e apesar de em março de 2022 se ter recebido 5 novos autocarros elétricos adquiridos no âmbito da 2ª chamada do POSEUR, a taxa do imobilizado não parava de crescer, pelo que a decisão passou, em maio de 2022, pela aquisição de 8 autocarros usados aos Serviços Municipalizados do Barreiro, os quais, se mantinham em bom estado, uma vez que foram retirados da frota daqueles serviços na sequência da troca total da frota a combustão interna por uma frota movida a gás natural. A decisão foi racional e assertiva: 8 autocarros operacionais e disponíveis no imediato! Com esta aquisição, num investimento de cerca 136 mil euros (metade do custo de um autocarro a combustão interna), procurou-se acima de tudo reforçar a frota operacional, durante o período que medeia até à receção dos novos 22 autocarros elétricos, entretanto em fase de fabrico. Apesar das críticas, a sua aquisição foi, à data, essencial para repor os níveis mínimos de oferta de serviços. Importa ainda clarificar que para além dos 8 autocarros usados, este contrato incluiu o fornecimento de várias peças de substituição de várias marcas de autocarros, uma clara mais valia para os serviços da oficina, num valor comercial global superior ao valor do contrato, tratando-se por isso de um excelente negócio. Já em 2023 e com a taxa de imobilizado acima do aceitável, a opção foi o aluguer de 6 viaturas, pelo período de 5 meses – data prevista para a receção dos 10 autocarros standart (setembro de 2023). O terramoto registado em fevereiro na Turquia, veio justificar o atraso na entrega deste lote, o que justificou a aquisição de 4 autocarros semi-novos, Euro 6 (em média com cerca de 125 mil kms), por recurso ao orçamento municipal. Todas estas aquisições permitiram ir oferecendo os serviços mínimos estabelecidos e acentuar a reposição dos níveis de procura, pelo que, embora ainda não sejam conhecidos os números finais de 2023, é expectável que nos tenhamos aproximado dos 10 milhões de passageiros, registando assim um aumento de 30% em relação à procura de 2021 e da receita de 7 milhões de euros.*

*Em síntese, a ação do CA foi a possível face às restrições financeiras enfrentadas e face ao estado da frota herdada, fruto dos desinvestimentos feitos pelos executivos anteriores. No final de Novembro, foram rececionados os 12 miniautocarros elétricos da marca Ocentia e a meio de Dezembro, os 10 autocarros da Otokar. No final de dezembro foram rececionados os certificados de circulação por parte do IMT, o que os habilita a entrar ao serviço. Trata-se de um investimento global de cerca de 10,2 milhões de euros, quase 9,4 milhões de euros em autocarros (5,2 milhões em 10 autocarros elétricos e 4,1 milhões em 12 mini autocarros) e 820 mil euros em carregadores/posto de transformação. Com a chegada destes novos autocarros, abre-se uma nova oportunidade para melhorar a qualidade e fiabilidade do serviço oferecido. Contudo é essencial continuar a executar o plano de renovação da frota, e para o qual é fundamental angariar financiamento para aquisição de 15 novas viaturas, já em 2024. Com essa aquisição será possível baixar a idade média para valores abaixo dos 11 anos. Estava prevista a abertura de um aviso através do Fundo Ambiental, em janeiro de 2024, desconhecendo se a mesma se irá concretizar. Também o sistema de bilhética mereceu melhoramentos e avanços significativos. Foram criados novos títulos ocasionais de 1 e 2 viagens de forma a dar resposta aos utilizadores ocasionais e passes de 3 e 7 dias para dar resposta a turistas e a congressistas. Na semana passada foi disponibilizada uma máquina instalada na estação de Coimbra B, dando a oportunidade a todos aqueles que acedem a esta estação, adquirirem os títulos individuais de transporte de forma fácil e prática 24/24 horas. Está igualmente em fase final de instalação uma 2ª máquina na Rua Larga/Polo I. Aproveito para agradecer a colaboração prestada quer pelas Infraestruturas de Portugal, quer pela UC para que essas instalações se concretizassem, o que nos permite chegar a novos públicos e fomentar a intermodalidade em pontos chave do sistema de transportes. Foi ainda disponibilizada a plataforma portal Coimbra ConVida, que*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*permite de forma fácil e a partir de qualquer sitio do mundo carregar os títulos (passes mensais) através do site dos SMTUC, bastando para o efeito, registar-se previamente. São disponibilizadas diferentes formas de pagamento como o MBway, multibanco e cartão de crédito. Será também possível, a breve trecho, validar o passe gratuito sub-23, atualmente já disponível nas lojas SMTUC. Outras ações ficam em andamento e em condições para serem terminadas a curto prazo, como seja a validação dos títulos por smartphone e a aquisição de títulos diretamente por recurso a cartão de crédito. No que respeita à operação foram revistos os horários de diversas linhas, procurando-os ajustar às reais condições de circulação, dentro e fora da hora de ponta. Foi suspensa a linha roxa da ECOVIA, como forma de controlo da despesa, e alargada e reforçada a linha vermelha de forma a proporcionar uma verdadeira alternativa no acesso aos HUC e IPO nesta fase de execução das obras do SMM. Também o alargamento do acesso ao sistema por parte dos utilizadores fidelizados dos SMTUC veio permitir aumentar significativamente os níveis de procura, conforme será evidenciado no próximo relatório de gestão. Outra frente de trabalho foi a de reforçar os recursos humanos e procurar motivar os funcionários, combatendo a ideia de que os SMTUC são o parente pobre da CMC, como frequentemente era designado. A saída de funcionários, particularmente dos agentes únicos, era já uma realidade, muito motivada pelos reduzidos níveis de remuneração e pela degradação da imagem dos serviços e que importava contrariar. Essa situação justificou a adopção de uma série de diligências por parte do Presidente, do CA e da CT, junto do governo e das forças políticas com assento parlamentar, no sentido de serem encontradas soluções para compensar os funcionários da extinção da carreira através da Lei 12-A de 2008 de 27 fev. Tendo sido encontrada uma possível solução para mitigar o problema, em estudo pela Ministra da Presidência, receia-se agora o voltar à estaca zero, com a queda do governo. Também a proposta de internalização dos SMTUC na CMC procurou, para além de potenciar a otimização dos serviços e aumentar a massa crítica dos serviços, esbater essa imagem de desigualdade laboral entre a CMC e os SMTUC. Infelizmente, a opinião expressa pelos funcionários e pela oposição veio a inviabilizar esse caminho, mantendo os SMTUC uma posição fragilizada em termos de recursos humanos qualificados. Apesar de terem sido abertos inúmeros procedimentos concursais, verificou-se, no entanto, que o número de candidatos admitidos não é suficiente para o preenchimento das vagas, não havendo, nestas condições, lugar a lista de reserva de recrutamento. A título de exemplo, encontra-se a decorrer um concurso para recrutamento de 10 assistentes operacionais com funções de agente único, onde apenas 8 candidatos foram admitidos a concurso; um processo para recrutamento de 2 Assistentes Operacionais (eletricistas auto), onde apenas 1 candidato foi admitido e a concurso e um concurso para recrutamento de 4 Assistentes Operacionais (mecânicos), onde apenas 2 foram admitidos. Apesar disso, nunca a relação entre os SMTUC e a CMC foi tão estreita e cooperante como o foi ao longo destes 2 últimos anos, aos vários níveis de cooperação: operacional, técnica e política. Sublinho vários trabalhos desenvolvidos em conjunto e que culminou recentemente com a participação conjunta no projecto de investigação europeu SUM – **Seamless Shared Mobility** - o qual envolve a equipa dos SMTUC e da CMC através da Autoridade de Transportes e que irá permitir implementar um serviço piloto de transportes flexíveis de mobilidade em Assafarge, Antanhol e Cernache, com início previsto para o 1º trimestre de 2024.*

*Ao fim de 2 anos é tempo de passar a pasta a outros que consigam empreender outro ritmo e dedicação à causa. O trabalho desenvolvido até então, ao qual me dediquei de corpo e alma e do qual muito me orgulho, foi na verdade um trabalho de equipa pelo que não posso terminar sem previamente agradecer a todos aqueles que conosco colaboram. A primeira palavra vai para os dirigentes: À Dra. M. João Melo, atual Diretora Delegada, o braço direito do CA, agradeço o apoio constante, empenho, dedicação e excelência das suas contribuições, particularmente nos dossiers mais complicados. Ao Sr. Eng. Óscar e Dra. Sandra Correia, dois excelentes profissionais, com uma experiência acumulada de décadas, capacidade de liderança e um nível extra-humano de dedicação aos SMTUC e à causa pública, deixo aqui a minha consideração pessoal e profissional. Ao Eng. Carlos Dinis, que se juntou à equipa mais recentemente e sobre o qual recai a responsabilidade das oficinas, agradeço toda a colaboração prestada. Na pessoa destes 4 dirigentes, agradeço a todos os funcionários dos SMTUC que de forma direta ou indireta conosco colaboraram e nos ajudaram a oferecer à população de Coimbra, um serviço que, não sendo o ideal, foi o possível face às*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*limitações e condicionantes enfrentadas. Sem particularizar, não posso deixar de expressar um reconhecimento especial ao Eng. Luis Santos, recentemente reformado, pelo apoio extraordinário dado, com particular ênfase na elaboração do Plano de renovação da frota e na preparação e acompanhamento das candidaturas a financiamentos. Deixo ainda um reconhecimento ao GCRD pelo trabalho notável que têm desenvolvido e que tanto contribui para a agregação e envolvimento da comunidade dos SMTUC em volta de causas tão nobres. Ao próximo CA desejo as maiores felicidades para dar continuidade aos vários desafios, uns em andamento e outros que importa empreender. Sem querer particularizar, deixo na pessoa da Dra. M. João Melo, pessoa na qual reconheço a maiores competências e qualificações, e que nos acompanhou ao longo de 1 ano e 2 meses, a confiança de que o trabalho desenvolvido terá continuidade em prol do sistema de transportes urbanos e da cidade de Coimbra. Os próximos anos serão desafiantes, não só nas várias frentes elencadas, mas sobretudo na interação dos SMTUC com o futuro Sistema do Metro Mondego, seja em termos de rede de transportes, seja do sistema de bilhética e tarifário. Por fim, e neste momento de saída, apelo à unidade e à motivação de todos os funcionários dos SMTUC, na defesa da identidade e da imagem dos SMTUC. Esta é a pedra basilar ao bom funcionamento dos serviços e à melhoria contínua dos serviços oferecidos. Juntos conseguiremos fazer dos SMTUC os serviços de referência no sector dos transportes. O Concelho de Coimbra precisa de um bom sistema de transportes e está nas mãos de todos nós, SMTUC/CMC incluindo oposição, garantir e oferecer esse serviço em linha com o desenvolvimento económico e social de Coimbra.”*

O Senhor **Presidente** disse que foi notável o trabalho realizado pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, pelo que parabenizou e agradeceu aos seus membros.

### **Intervenção do Senhor Vereador Francisco Veiga**

#### **1. Colplay - Relatório de Gestão do Estádio Cidade de Coimbra**

O Senhor Vereador disse que não iria responder à questão colocada pela Senhora Vereadora Regina Bento sobre os Coldplay, pois é um dossier fechado. Salientou que foi o maior evento alguma vez realizado em Coimbra e o melhor evento, da área, realizado em 2023. Tudo o resto faz parte de uma narrativa, da qual não quer participar. Recomendou à Senhora Vereadora a leitura do protocolo entre as três partes, nomeadamente da clausula 4.<sup>a</sup>, alínea t) que prevê que a Everything is New e a Associação Académica de Coimbra possam estabelecer um acordo. Foi isso que aconteceu.

De seguida o Senhor Vereador Francisco Veiga proferiu a seguinte intervenção:

#### **2. Votos de Ano Novo**

*“Começo por desejar a todos os presentes e a quem nos vê à distância um excelente ano 2024, fazendo votos para que este ano seja um ano de crescimento e sucesso e que, com ele, venham também as mudanças que o país e o mundo precisam, para se alcançar a estabilidade económica e a tão desejada paz social. É um ano de eleições legislativas, de mudança e de muitas expectativas relativamente ao futuro e aos desafios que se apresentam pela frente.”*

#### **3. Programação de Natal – Balanço**

*“Na minha intervenção de hoje, quero, em jeito de balanço, partilhar convosco a minha satisfação face ao sucesso da programação de Natal, destacando o êxito do Coimbra Magic Land (que superou as nossas melhores expectativas), as várias sessões do espetáculo de videomapping e dança, com projeção a partir da Praça 8 de Maio (que, para além de ser uma novidade, foi também motivo de grande atração, surpresa e*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*entusiasmo), bem como o Mercado de Natal, na Praça do Comércio (que juntou vários artesãos e expositores e ajudou a dinamizar o comércio tradicional)."*

### **4. Fim de Ano em Coimbra**

*"Ainda no âmbito das festividades, permitam-me também salientar a memorável Festa de Fim de Ano em Coimbra, com a qual brindámos e demos as Boas-Vindas ao ano de 2024. Fruto do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos, o Fim de Ano em Coimbra é já, em virtude do seu histórico, e cada vez mais, um evento de referência incontornável quando falamos em Festas de Passagem de Ano, sendo, por conseguinte, um evento com forte impacto na atratividade turística, dinamização e projeção mediática do concelho. À semelhança do que estávamos à espera, foi, efetivamente, um Fim de Ano memorável, não só graças às condições climatéricas – marcadas por uma noite que, apesar de fria, não foi prejudicada pela chuva -, mas também pela programação, eclética e diversificada, proposta pelo Município, com a aposta em Tony Carreira como principal cabeça de cartaz. O reconhecido e aclamado cantor romântico foi, seguramente, um dos maiores e principais motivos de atração, mas, a ele juntaram-se outros artistas que fizeram desta uma grande e inesquecível noite, que ficará para sempre gravada na nossa memória. Confesso que fiquei agradavelmente satisfeito pela adesão do público e pelo ambiente vibrante de alegria, animação e festa que se vivenciou em cada um dos palcos, por onde passaram dezenas de artistas, com diferentes estilos musicais. Eu próprio presenciei algumas atuações, e tive a oportunidade de testemunhar o espírito divertido e vibrante que reinou nesta noite. A opção pela Praça D. Dinis, como palco principal, foi, como já tivemos oportunidade de dizer, fruto das circunstâncias atuais, tendo a escolha por este espaço sido motivada pelas obras atualmente em curso na zona da Baixa, que inviabilizaram a montagem do palco no Largo da Portagem. Em termos de segurança, face ao número de pessoas expectáveis, e que felizmente confirmaram presença, acho (acho não, tenho mesmo a certeza) que a Praça D. Dinis foi, neste contexto, a melhor opção, atendendo à sua dimensão e características. Ainda assim, admito que, face à sua localização, não é, seguramente, o espaço ideal para assistir ao espetáculo piromusical, lançado a partir do rio Mondego, pelo que, de futuro, se quisermos manter este espaço no leque de opções para o Fim de Ano teremos de avaliar outra maneira de conjugar estes interesses. Relativamente ao sucesso da programação, não tenho dúvidas de que Coimbra está a dar passos muito importantes na consolidação do seu posicionamento enquanto destino cultural e turístico. A afirmação do seu posicionamento passa, entre outros fatores, pela capacidade do concelho em promover, dinamizar e, sobretudo, criar uma lógica de eventos de continuidade, capazes de gerar interesse e dar projeção mediática à nossa oferta, que queremos que seja diversificada e diferenciadora. O Fim de Ano em Coimbra foi noticiado em vários órgãos de comunicação social, não só em jornais, mas também no espaço televisivo, tendo sido apontado como um dos melhores e mais procurados destinos para assinalar a passagem do ano ao nível do território nacional e continental. O sucesso das iniciativas que alegraram esta quadra festiva alusiva ao Natal e ao Fim de Ano é o resultado de muito trabalho e de muita dedicação. Como tal, cumpre-me deixar aqui, publicamente, o meu justo e merecido agradecimento a todos os trabalhadores e técnicos municipais que estiveram envolvidos na organização, destacando o seu profissionalismo, empenho e dedicação. A todos, sem exceção, o meu bem-haja e obrigado.*

### **5. Transferência de competências - Saúde**

*"Para terminar, queria também deixar aqui uma nota para elogiar e enaltecer a forma como está a decorrer, até ao momento, o processo de transferência de competências, ou melhor, responsabilidades, no domínio da saúde, com produção de efeitos, como sabem, a partir do dia 1 de janeiro, data a partir da qual o Município de Coimbra ficou responsável pela conservação, manutenção e gestão dos edifícios e equipamentos não médicos fixos ao edificado, afetos aos Cuidados de Saúde Primários do concelho. Todos sabemos que este processo acarreta grandes desafios e enormes responsabilidades, sobretudo porque estamos a falar de uma área muito sensível, sendo necessário assegurar que a transição se opera sem prejudicar (ou prejudicando o*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*menos possível) a normalidade dos serviços e a prestação de cuidados aos doentes. Uma das nossas maiores dificuldades e preocupações, entre muitas que se apresentam como urgentes e prioritárias (e outras inesperadas surpresas com as quais nos fomos confrontando nesta fase inicial de transição, com custos acrescidos face à necessidade de contratar, no imediato, serviços de limpeza e de vigilância), tem a ver com a necessidade de assegurar a prestação de cuidados de saúde ao domicílio, garantindo recursos e meios de transporte para as necessárias deslocações, recorrendo ao serviço de táxis, cujo custo estimado ronda os 3000€ por semana. Como é do conhecimento geral, nos últimos meses, tem sido registado, a nível nacional, uma afluência de doentes ao serviço de urgências acima do normal, facto que, conjugado com a já identificada falta de meios e recursos, tem gerado vários constrangimentos no atendimento e criado uma pressão acrescida sobre os serviços, perturbando o seu normal funcionamento. Neste contexto, para garantir assistência à comunidade, foi proposta, como medida excecional e temporária, a abertura dos centros de Saúde aos fins de semana, cenário que, a perdurar no tempo, nos obrigará a aumentar a nossa capacidade de resposta, nomeadamente ao nível da gestão dos recursos humanos, de modo a garantir o serviço prestado pelos assistentes operacionais e demais serviços logísticos extraordinários. É, obviamente, uma situação preocupante, à qual o governo tem procurado responder com os meios que tem ao seu dispor, mas nem sempre com a eficácia e a eficiência que seria desejável. Concomitantemente, estão em curso transformações estruturais ao nível da organização e gestão do sistema, no pressuposto de que tais transformações venham a refletir-se na eficiência e eficácia dos serviços. Como é do conhecimento geral, as Administrações Regionais de Saúde (ARS) foram recentemente extintas, dando lugar à criação das Unidades Locais de Saúde, que, como o próprio nome indica, refletem o princípio da descentralização, reforçando a aposta na políticas e estratégias de proximidade. Neste contexto, foi recentemente criada a Unidade Local de Saúde (ULS) de Coimbra – que abrange o CHUC, o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais, o Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede e vários Centros de saúde, nomeadamente os de Coimbra e de outros 20 concelhos. Estas estruturas têm como objetivo principal permitir uma melhor articulação entre cuidados de saúde primários e cuidados hospitalares, melhorando nomeadamente o atendimento na doença aguda e reduzindo, por outro lado, os tempos de espera nos serviços de urgências. Confesso que o processo de transferência de competências, como seria expectável, e sobretudo porque coincidiu com a transição de ano civil, trouxe-nos algumas dificuldades acrescidas (até do ponto de vista do desenvolvimento dos procedimentos administrativos face à urgência das necessidades e ao novo enquadramento orçamental), mas, felizmente, com o envolvimento, esforço e dedicação dos nossos serviços, nomeadamente dos Dirigentes e técnicos da Divisão de Saúde, do Departamento Financeiro, do Departamento de Recursos Humanos e do Departamento de Mobilidade e Transportes, estamos a conseguir, com rapidez e eficácia, dar resposta satisfatória às necessidades e às solicitações que se apresentam como prioritárias neste contexto de transição. Apelo à compreensão de toda a comunidade – utentes, coordenadores e trabalhadores dos Centros de Saúde e respetivas Unidades Funcionais -, sublinhando que este é um processo complexo e exigente que tem, naturalmente, os seus constrangimentos associados. Deixo a nota ainda que, do contacto com os coordenadores das Unidades Funcionais dos Centros de Saúde, todos têm tido uma postura colaborativa para com a Câmara Municipal de Coimbra, prestando-nos informação de extrema utilidade para a operacionalização das suas necessidades, perante a informação incompleta do Auto de Transferência assinado, e aos quais, desde já, agradeço. Em todo o caso, creio que será apenas uma questão de tempo até nos adaptarmos a esta nova realidade e que, muito em breve, estaremos em condições de garantir, em pleno, a introdução de procedimentos que garantam a melhoria das condições para a prestação dos serviços. O que nos preocupa, neste momento, é também a dificuldade que estamos diariamente a sentir face à falta de respostas por parte da ARS que, apesar de extinta, mantém um membro do conselho de administração por questões óbvias de assegurar a transição dos serviços. Não obstante a nossa insistência, não responde aos emails, não atende os telefonemas – e os atendidos não são profícuos – e não partilha atempadamente os elementos necessários para a execução de tarefas e operações fulcrais para a atividade dos Centros de Saúde, com dados omissos que poderiam comprometer a missão da Câmara Municipal de Coimbra neste processo e, por conseguinte, a atividade assistencial dos profissionais de saúde aos cidadãos. A mais premente ao dia de*





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*hoje baseia-se no Aviso do PRR para ampliação do Centro de Saúde Norton de Matos com financiamento de quase 4 milhões de euros. Esta falha de comunicação com a ARS é preocupante e mais ainda porque está a condicionar o nosso trabalho e a limitar a nossa capacidade de ação. Esperamos, sinceramente, que esta dificuldade seja rapidamente ultrapassada e não ponha em causa o nosso trabalho e o nosso desempenho daqui para o futuro.”*



### ORDEM DO DIA

#### **PONTO I. ADMINISTRAÇÃO GERAL**

##### **I.1. DAG – Aprovação da ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 11 de dezembro de 2023**

*Deliberação n.º 1928/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovada a ata da reunião do dia 11 de dezembro de 2023.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

#### **PONTO II. FINANCEIRO**

##### **II.1. DF-DCF – Situação Financeira – Conhecimento**

Foi presente o balancete referente ao dia 30 de dezembro de 2023, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 22.485.790,01€ (vinte e dois milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil setecentos e noventa euros e um centavo), sendo as operações orçamentais no valor de 16.682.253,76€ (dezasseis milhões seiscentos e oitenta e dois mil duzentos e cinquenta e três euros e setenta e seis centavos) e as operações não orçamentais no valor de 5.803.536,25 € (cinco milhões oitocentos e três mil quinhentos e trinta e seis euros e vinte e cinco centavos).

*Deliberação n.º 1929/2024 (08/01/2024):*

- **Tomado conhecimento.**

##### **II.2. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 30 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 34/2023) – Conhecimento**

Ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, ponto 8.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e ainda, da Secção II (Modificações Orçamentais), das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra, foi elaborada a Alteração ao Orçamento n.º 30 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 34/2023).

Assim, foi apresentada a informação n.º 97488, de 15/12/2023, do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que obteve pareceres da Chefe do referido Gabinete e da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca e do Senhor Presidente, todos da mesma data, tendo o Executivo deliberado:



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Deliberação n.º 1930/2024 (08/01/2024):*

- **Tomar conhecimento do despacho do Senhor Presidente de 15/12/2023, que aprovou a 30.ª Alteração aos Documentos Previsionais no valor total de 29.780,70€ em reforços e em anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e da Secção II (Modificações Orçamentais) das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da CMC, justificando-se pelas propostas dos serviços municipais.**

### **II.3. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 31 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 35/2023) – Conhecimento**

Ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, ponto 8.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e ainda, da Secção II (Modificações Orçamentais), das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra, foi elaborada a Alteração ao Orçamento n.º 31 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 35/2023).

Assim, foi apresentada a informação n.º 99282, de 21/12/2023, do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que obteve pareceres da Chefe do referido Gabinete e da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca e do Senhor Presidente, todos da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1931/2024 (08/01/2024):*

- **Tomar conhecimento do despacho do Senhor Presidente de 21/12/2023, que aprovou a 31.ª Alteração aos Documentos Previsionais no valor total de 2.034.844,69€ de reforços no Orçamento da Receita e 2.836.459,69,00€ de reforços e de 801.615,00€ de anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e da Secção II (Modificações Orçamentais) das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra, justificando-se pelas propostas dos serviços municipais e no cumprimento do n.º 2 do artigo 19.º - Instrução de processos de modificações orçamentais, das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra.**

### **II.4. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 32 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 36/2023) – Conhecimento**

Ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, ponto 8.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e ainda, do Capítulo IV – Modificações Orçamentais (Alterações/Revisões Orçamentais), da Norma de Controlo Interno em vigor, foi elaborada a Alteração ao Orçamento n.º 32 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 36/2023).



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sobre este assunto, a Senhora **Vereadora Regina Bento** disse que esta é a última alteração orçamental de 2023, que tem por objeto a retificação de dotações orçamentais que não tiveram execução durante o referido ano. Há, assim, uma revisão em baixa do orçamento, verifica-se uma anulação líquida do orçamento da receita igual ao orçamento da despesa no valor de 26,8 milhões de euros, pelo que gostaria de perceber se com esta alteração orçamental se prevê atingir os 85% de execução em 2023, ao contrário do que aconteceu em 2022. Isto porque, como é sabido, se em dois anos seguidos não for conseguido o mínimo de execução da receita de 85%, há consequências legais previstas, é emitido um alerta pela DGAL e o Município fica sob vigilância. Nesta alteração, percebeu que do lado da receita até se verifica um reforço nos impostos, nomeadamente no IMI, no IUC, no IMT (este com um reforço muito significativo, de 3,8 milhões de euros). Apenas na derrama é registada uma revisão em baixa de cerca de 300 mil euros face ao previsto. Também a taxa turística é revista em baixa, estava prevista uma receita de 700 mil euros, que passa agora para cerca de 400 mil euros. Neste contexto, ressaltou uma preocupação para 2024, que é a anulação de 16,5 milhões de euros de receitas de capital como consequência da não execução de projetos financiados, com especial preocupação para as verbas do PRR na Habitação, em que se verifica uma anulação de 8,5 milhões de euros. A previsão é que a execução do PRR da Habitação – Programa Primeiro Direito, se fique em 2023 pelos 10,4 milhões de euros, sendo que já estão previstos 5,9 milhões de euros que dizem respeito ao Loteamento da Quinta das Bicas. Portanto, para quem em 2024 se propõe executar 40 milhões de euros de investimento na Habitação, esta execução de 2023 não augura nada de bom, sentenciou.

O Senhor **Vereador Miguel Fonseca** agradeceu a preocupação da Senhora Vereadora Regina Bento e disse que, como foi sendo referido ao longo do ano de 2023, o controlo da receita e da despesa foi extremamente rigoroso. Por isso, quis saudar o trabalho excecional de acompanhamento diário que foi feito pelo Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos (GCOF), em conjunto com as diferentes unidades orgânicas da CMC, que permitiu que fossem sendo adequados os cabimentos e compromissos à real faturação do ano. Neste contexto, disse que como os Senhores Vereadores se recordarão, foi dado conhecimento à Câmara, com periodicidade trimestral, um relatório de execução orçamental e que, em princípio, na segunda reunião de janeiro será apresentado o relatório da execução final de 2023. Para além dessa prática de transparência, foram sendo realizadas reuniões com os serviços com periodicidade idêntica (trimestral) para acompanhamento da execução do orçamento, e essa monitorização constante permitiu evitar a existência não desejada de um número elevado de compromissos sem execução financeira. Esse controlo passou igualmente pela gestão dos fundos disponíveis, assumindo naturalmente que a receita cobrada é sempre o primeiro condicionante à assunção de novos compromissos. À semelhança do que ocorreu desde o ano de 2020, e nos termos legais, procedeu-se no final do ano a uma alteração orçamental em baixa, diminuindo o valor previsto da receita e da despesa sem eliminação de projetos de investimento, com o reagendamento para anos seguintes dos cabimentos e compromissos, de acordo com a previsão de execução dos projetos pelos serviços executores. Neste contexto, foi com particular congratulação que anunciou que no ano de 2023 a taxa de execução do orçamento da receita superou largamente o limite de 85% previsto na Lei das Finanças Locais. Anunciou que mais detalhes sobre essa mesma taxa de execução seriam dados na próxima reunião da Câmara Municipal. Portanto, o objetivo foi cumprido e, como tal, saudou uma vez mais o GCOF, o Departamento Financeiro e todas as unidades orgânicas da CMC pelo trabalho conjunto de grande articulação que foi sendo desenvolvido. Aproveitou esta circunstância para informar que o valor final apurado para a taxa turística, entre abril e outubro, foi de 588.361 dormidas, que geraram uma receita de 461.716,00€. Este valor projetado está sensivelmente em linha com a meta fixada para 2023, tendo em conta que a taxa turística só começou a ser cobrada a 5 de abril. Há ainda a exceção da cobrança da mesma nos meses de novembro e dezembro, que é intenção da CMC que deixe de ocorrer a partir do próximo ano. Acrescentou que, relativamente aos 599 estabelecimentos registados no Município – 573 alojamentos locais e 26 empreendimentos turísticos, os últimos dados mostram que houve efetivamente uma adaptação gradual ao processo e atualmente apenas existem cerca de 200 estabelecimentos que não registaram as suas dormidas para efeitos de apuramento da taxa turística.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Assim, foi apresentada a informação n.º 100903, de 29/12/2023, do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que obteve pareceres da Chefe do referido Gabinete e da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca e do Senhor Presidente, todos da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1932/2024 (08/01/2024):*

- **Tomar conhecimento do despacho do Senhor Presidente de 29/12/2023, que aprovou a 32.ª Alteração aos Documentos Previsionais no valor total de 21.749.192,00€ em reforços e de 48.596.214,00€ em anulações no Orçamento da Receita e 26.847.022,00€ em anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (PO-CAL) e da Secção II (Modificações Orçamentais) das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra, justificando-se pela diminuição do Total do Orçamento da receita e da Despesa e retificação das rubricas do Orçamento da receita com execução superior a 100%, e no cumprimento do n.º 2 do artigo 19.º - Instrução de processos de modificações orçamentais, das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra.**

### **II.5. DF-DCL – Concurso público internacional n.º 6/2019 – Aquisição de peças para viaturas, máquinas e equipamento – Liberação de caução**

A Câmara Municipal na sua reunião de 25/11/2019, adjudicou, o concurso público internacional n.º 6/2019 – aquisição de peças para viaturas, máquinas e equipamentos, à D. Costa – Peças e Equipamentos Rolantes, S.A. (lotes 21 a 28, 35 a 48 e 50 a 53). A Divisão de Gestão da Frota Municipal e Eficiência Energética através do correio eletrónico enviado a 19/12/2023, informou que o contrato referente à aquisição de peças para viaturas, máquinas e equipamentos, foi integralmente cumprido, propondo a liberação da garantia bancária.

Assim, foi apresentada a informação n.º 99146, de 21/12/2023, da Divisão de Compras e Logística, que obteve parecer da Diretora do Departamento Financeiro, de 26/12/2023, bem como despacho do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1933/2024 (08/01/2024):*

- **Autorizar a liberação da caução constituída pela garantia bancária com o n.º 962300488030116, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A., que caucionou a aquisição de peças para viaturas, máquinas e equipamentos, ao abrigo do concurso público internacional n.º 6/2019, que foi apresentada pela Costa – Peças e Equipamentos Rolantes, S.A.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## **PONTO III. EQUIPAMENTO RURAL, URBANO E PATRIMÓNIO**

### **III.1. DEEM-DEEQ – Centro Escolar de Cernache – Obras de Beneficiação e Conservação – Revisão de Preços Provisória n.º 4**

Em 22/11/2021, por deliberação da Câmara Municipal, foi aprovada a adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe, à sociedade Isidovias – Investimentos, Lda., pelo valor de 2.376.363,48 € (s/IVA incluído), com



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

um prazo de execução de 450 dias, tendo o respetivo contrato sido celebrado em 30/03/2022 e a adenda ao contrato a 24/06/2022. Nos termos da legislação aplicável, nomeadamente artigo 382.º do CCP, o adjudicatário tem direito à revisão de preços conforme fixa e determina o contrato e a Lei especial aplicável, o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Assim, foi apresentada a informação n.º 95302, de 11/12/2023, da Divisão de Edifícios e Equipamentos Municipais, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão, de 14/12/2023, e da Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, de 19/12/2023, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz, de 20/12/2023, e do Senhor Presidente, de 28/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1934/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovar a Revisão de Preços Provisória n.º 4 no valor de 349.425,61€, mais IVA, de acordo com os cálculos desenvolvidos nos mapas anexos à informação supra identificada e que atendem às disposições contidas no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro. A verba a regularizar, tendo em conta o valor deduzido por revisões anteriores, 295.273,55€, será de 54.152,06€, mais IVA.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO IV. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### IV.1. SMTUC – Alteração Orçamental n.º 10 – Conhecimento

Ao abrigo da NC-26 Contabilidade e Relato Orçamental do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), dos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias (POCAL) e do artigo 18.º (Alterações/Revisões Orçamentais, do Capítulo VII da Norma de Controlo Interno em vigor para 2023), foi elaborada proposta de Alteração ao Orçamento n.º 10 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 11/2023), que assenta na manutenção da despesa global, ou seja, inclui reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, não alterando o valor global da despesa, tratando-se desta forma de uma alteração permutativa do Orçamento da Despesa.

Assim, foi apresentada a informação n.º 9532, de 14/12/2023, (MGD 72105, de 15/12/2023), da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira (SMTUC), objeto de deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, de 14/12/2023, que obteve despacho do Senhor Presidente, de 15/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1935/2024 (08/01/2024):*

- **Tomar conhecimento do despacho do Senhor Presidente, de 15/12/2023, que aprovou a 10.ª Alteração ao Orçamento dos SMTUC/2023, no valor de 3.114,00€.**

#### IV 2. SMTUC – Rede de Transportes – Proposta de instalação de pontos de paragem em Valongo

Deu entrada nos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) um pedido de instalação de um novo ponto de paragem, na Rua Dr. Mendes Silva, em Valongo, face à distância em relação às existentes, por dificuldades de acesso aos transportes públicos de um morador com deficiência superior a 80%.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sobre este assunto, o Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção:

*“- Somos favoráveis a todas as medidas que respeitem as dificuldades de locomoção de utentes.*

*- Estranhámos, no entanto, que, de acordo com a informação municipal, “sendo, (...), habitual estes Serviços Municipalizados receberem pedidos de alteração na rede de transportes, incluindo da localização de pontos de paragem, os quais são analisados quanto à sua viabilidade, para posterior aprovação pela Autoridade de Transportes”, durante 2 anos, salvo erro ou omissão, em que estou como Vereador, nenhum outro pedido de idêntico teor tenha vindo à sessão (localização de pontos de paragem de determinadas carreiras, por exemplo).*

*- A existirem (o que parece verdadeiro, face às constantes reclamações da população), terão sido ignorados, resolvidos por uma autoridade que desconheço, ou não houve efetivamente manifestação desse protesto que, de qualquer forma, o executivo conhece?*

*- Esperamos que os novos pontos de paragem tenham informação e abrigos e haja instalações sanitárias em pontos convenientes.*

*- E, já agora, quanto ao trânsito sem regulação na cidade, sra. Vereadora Ana Bastos, não são afirmações generalistas, são realidades que toda a gente que circula na cidade vê. E soluções, já as propusemos, sem qualquer eco: por exemplo, aproveitar a Polícia Municipal passar a regular o trânsito na cidade em vez de estar a passar 400 multas por semana numa cidade com problemas graves de estacionamento. Outras respostas daremos, como no caso de Brasfemes e do investimento do executivo socialista, quando tivermos o mesmo tempo disponível para intervenção que têm os vereadores da situação ou por posições públicas externas à sessão”.*

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** explicou que este tipo de processos vem às reuniões do Executivo quando há proposta de aprovação de novas paragens. Os outros, se não vêm, é porque são pedidos que, após análise dos serviços técnicos, se verifica que não têm cabimento. Todos os pedidos de paragens que dão entrada são analisados pelos SMTUC e, de uma forma geral, se não vêm à Câmara é porque não há motivo para propor a aprovação porque violam os requisitos técnicos de base. Quando é criada uma linha, há tempos de percurso associados. Se começam a aumentar muito esses tempos de percurso essa linha deixa de ser competitiva/atrativa, ou seja, as pessoas pensam que mais vale ir de carro porque demoram horas a chegar ao destino. Quanto mais pontos de paragem houver, mais aumenta o tempo de percurso, por isso há regras básicas. Uma delas é a distância entre paragens. Como é fácil imaginar, 90% das paragens que são pedidas são mais uma em frente à casa de cada um, que não é possível contemplar. Nesses casos, o processo não vem à CMC, o Conselho de Administração delibera o indeferimento. Quando há uma proposta que tecnicamente é possível acolher, compete à Autoridade de Transportes deliberar.

Em resposta à acusação de trânsito sem regulação na cidade, disse ainda que a Polícia Municipal está neste momento em vários pontos da cidade, mas o problema não se resolve com a polícia. A única solução, como já disse várias vezes, seria parar as obras. Nesse contexto, questionou os Senhores Vereadores socialistas se estão dispostos a assumir a paragem das obras. Porque sem obras Coimbra nunca evoluirá, afirmou. A Polícia Municipal faz o que pode, mas sem terminarem as obras não é possível ter uma cidade otimizada, explicou.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** estranhou o facto desta informação dos SMTUC ter sido agendada diretamente para a Câmara e não ter sido objeto de análise pela Divisão de Planeamento e Gestão de Redes de Transportes da CMC, ao contrário do que aconteceu com todas as restantes informações agendadas neste capítulo da ordem de trabalhos.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** respondeu que, como é perceptível pela deliberação do CA dos SMTUC, não esteve presente nessa reunião. Apenas tomou conhecimento dessa falha ao preparar/estudar a documentação agendada para esta reunião da CMC. Não obstante, não se afigura uma falha muito grave, visto que é consensual que é importante criar a paragem e está convicta que o parecer da DPGRT seria favorável,



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

uma vez que as distâncias que há pouco referiu estão devidamente garantidas. Apelou a que, futuramente, o Gabinete da Presidência tenha isto em conta: os processos, quando vêm dos SMTUC, dão entrada diretamente na Presidência e a Presidência deveria ter enviado à Divisão de Planeamento e Gestão de Redes de Transportes (DPGRT), para parecer. Acrescentou que se alguém se sentisse desconfortável em votar sem o referido parecer, retiraria este processo da ordem do dia.

O Senhor **Presidente** acrescentou que a informação técnica dos SMTUC não lhe ofereceu qualquer dúvida e que a Autoridade de Transportes é a CMC, pelo que não via nenhum problema em submeter este assunto a votação.

Assim, foi apresentada a informação n.º 9450, de 12/12/2023, (MGD 72179, de 15/12/2023), do Chefe da Divisão de Serviços de Produção (SMTUC), objeto de deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, de 14/12/2023, que obteve despacho do Senhor Presidente, de 15/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1936/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovar, na qualidade de Autoridade de Transportes, a instalação de dois (2) novos pontos de paragem na Rua Dr. Mendes Silva, em Valongo, nos termos da informação n.º 9450, de 12/12/2023, do Chefe da Divisão dos Serviços de Produção dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura, por serem 17 horas, passou-se ao Ponto XIV – Período de Intervenção do Público.

### PONTO XIV. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

#### XIV.1. Fabrice Aimé

O munícipe saudou os presentes e agradeceu a oportunidade que lhe foi dada de falar nesta reunião da CMC, o que considera um exercício sã de democracia. Explicou que falaria em nome da Secção de Basquetebol da Associação Académica de Coimbra, especificamente sobre a questão dos espaços de treino.

Em julho de 2023 o coordenador técnico da Secção, Professor Ivo Rego, fez um pedido à CMC de utilização de espaços desportivos para os treinos. No final de agosto, antes da época começar, como não tinham ainda resposta, pediram autorização à Escola Alice Gouveia para começarem a treinar e ocupar o pavilhão escolar como faziam nas épocas anteriores. Também em agosto, tiveram a má notícia, por parte da Federação Portuguesa de Basquetebol, do aumento unilateral imposto aos clubes de diversas taxas. Com o orçamento já fechado, e a meio das férias, foi uma surpresa muito difícil de gerir. Tiveram de aumentar ligeiramente as mensalidades que os pais pagam à Secção e as quotas de sócio, no sentido de tentar contrabalançar o aumento de três taxas. E assim começaram a época. Em novembro receberam um email a avisar que a Secção de Basquetebol teria de pagar uma taxa pela ocupação dos espaços escolares, seguido, poucos dias depois, de uma fatura que não correspondia à utilização real, mas sim ao pedido feito em julho. Ou seja, fizeram um pedido, não obtiveram resposta, em novembro foi-lhes dito que iriam pagar uma taxa de ocupação e receberam uma fatura que remetia para uma avaliação ao pedido inicial e não correspondia à ocupação real da escola Alice Gouveia. Para a Secção, este facto colocou um problema grave, uma vez que o orçamento já estava fechado e já estavam a trabalhar. Tiveram de remediar o problema do aumento das taxas da Federação e agora estes 4.500 euros para pagar. É muito dinheiro para uma secção como esta, ainda por cima, por se tratar de dinheiro não previsto no orçamento, afirmou, explicando que escreveu à CMC no sentido de estabelecer um diálogo frutífero



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

para ambas as partes. Foi recebido em 14 de dezembro pelo Diretor do Departamento de Educação e Saúde, Fernando Rovira, e pela Técnica Superior do Departamento, Ana Paula Rodrigues, numa reunião que considerou muito interessante e construtiva. Na altura foi-lhe aconselhado pedir para intervir numa sessão do Executivo camarário, e por isso aqui está hoje, porque de facto é extremamente complicado para uma secção desportiva fazer face a tamanha despesa. Uma das questões que lhe colocaram na reunião é por que razão há tantos treinos, o que faz com que a ocupação dos pavilhões seja muita e eleva as taxas. Explicou que a Secção de Basquetebol da Associação Académica de Coimbra é uma das maiores em número de atletas e tem uma enorme ambição para os escalões de formação. Pela primeira vez em muitos anos, esta época vão conseguir levar quatro equipas da formação a provas nacionais, elas vão representar Coimbra um pouco por todo o país. E isso requer muito trabalho, não há como poupar dinheiro, reduzindo o número de treinos, explicou, acrescentando que se forem às provas nacionais têm obviamente de fazer boa figura e que isso será difícil com menos de quatro treinos por semana. Por esta razão, o espaço que utilizam na Escola Alice Gouveia é mesmo necessário, reiterou.

Por último, disse que o Desporto não está só associado a uma vida saudável. O Desporto é cidadania. Quando, no mandato 2022/2023, integrou a Direção da Secção, um dos pontos essenciais do programa foi a integração de jovens carenciados e de jovens estrangeiros na Académica Basquetebol. Isto porque notou que muitos jovens queriam praticar basquetebol e não conseguiam, porque os pais não tinham meios. E havia também muitos alunos de origem estrangeira na Alice Gouveia que gostariam de praticar, mas que não podiam pelas mesmas razões. Felizmente, conseguiram o apoio de uma importante empresa de Coimbra, a Critical Software, que permite, em parceria com a Académica Basquetebol, que estes jovens não só pratiquem basquetebol como tenham uma muito melhor integração em Coimbra. Quatro vezes por semana, miúdos e miúdas que estavam nas margens da sociedade, sentem-se integrados, frisou, notando que na Secção de Basquetebol existem nove nacionalidades. Várias vezes os pais vêm falar com ele para dizer que o Basquetebol foi tão ou mais importante que a escola para a integração dos seus filhos em Coimbra. E desse trabalho feito, tem muito orgulho.

Disse que os 4500 euros que a Secção teoricamente deveria pagar pela utilização do pavilhão da Escola Alice Gouveia até junho, podem colocar em risco o projeto social e, por isso, propôs uma solução: transformar a taxa de ocupação em serviço social prestado à comunidade. Sugeriu a realização de ações de formação nas escolas, a organização de férias desportivas em parceria com a CMC, para assim continuarem a manter as crianças e jovens que normalmente não o fariam, a praticar basquetebol.

Terminou dizendo que fez Doutoramento em Coimbra e sempre se sentiu muito bem acolhido nesta cidade. Por isso, prometeu a si mesmo que um dia havia de retribuir o que Coimbra fez por ele. Fazer o trabalho que faz na Secção com os miúdos carenciados e com os filhos de refugiados, é uma maneira de dizer “Coimbra, obrigado”.

A Senhora **Vereadora Ana Cortez Vaz** disse que compreende e é sensível a tudo o que o Senhor Fabrice acabou de expor, mas efetivamente o que a CMC está a fazer é cumprir a Lei. O Decreto-lei n.º 21/2019 refere, sobre as competências transferidas do Estado para as autarquias, nomeadamente ao nível da Educação, que “*a cedência de utilização de espaços que integram estabelecimentos escolares fora do período das atividades letivas é obrigatoriamente onerosa*”. E a CMC tem de cumprir a Lei, reiterou.

Disse que no dia 19 de setembro de 2022 foi aprovado em reunião da CMC o Regulamento Municipal de Utilização de Espaços Escolares Integrados nos Estabelecimentos sob Gestão Municipal. Este regulamento prevê que as taxas sejam diferenciadas, consoante a ocupação do espaço escolar seja feita por um particular, clube ou associação. Informou que todas as taxas podem ser consultadas neste documento.

Entende que foram expostos dois assuntos. Primeiro, há um pedido em julho para as escolas Alice Gouveia, Dom Dinis e Dona Maria, com muitas horas de utilização. Disse que a Secção de Basquetebol já pagou a primeira fatura e, neste momento, os serviços terão de emitir uma nota de crédito sobre o dinheiro pago a mais, porque a CMC cobrou todas as horas inicialmente pedidas. Só mais tarde verificaram que afinal a Secção só está a treinar na Alice Gouveia.





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Explicou que estas situações não são fáceis de gerir e configuram mais um “bombom” aliado à descentralização de competências. Já não bastava a questão difícil dos muitos assistentes operacionais das escolas, agora também a cedência obrigatoriamente onerosa dos espaços escolares, que obviamente não a deixa muito confortável, criticou. Até aqui, grande parte dos clubes pagavam diretamente às escolas, outros não pagavam diretamente, mas faziam trabalhos comunitários. O que a Autarquia está a tentar fazer é uniformizar e ter algum controlo sobre estas cedências, porque chega a um ponto em que a CMC já nem sabe quem está a utilizar o quê e em que horário. Portanto, e deixando desde logo um agradecimento aos diretores das escolas pelo incansável trabalho na salvaguarda de um património que é de todos, frisou que os equipamentos escolares são de gestão municipal e esta questão não tem sido fácil de gerir. Está a realizar um levantamento junto de todos os diretores de escolas não agrupadas e de agrupamentos de escolas, mas essa informação ainda não está completa.

Disse que no dia 12 de novembro foi enviado um email a comunicar a disponibilidade e a autorizar a utilização dos três pavilhões pedidos (Alice Gouveia, D. Dinis e D.<sup>a</sup> Maria), com uma redução de taxas mensal de 50%. Tem sido este o critério e é o que todas as outras secções e clubes estão a pagar, informou. Compreende que não seja fácil gerir esta situação, conhece bem a realidade, até porque já foi atleta de basquetebol e a família está ligada a esta modalidade, mas não pode deixar de cumprir a Lei. Os clubes, associações e entidades públicas, para utilização de ginásios e pavilhões escolares, pagariam por uma hora o valor tabelado de 16€, mas com a redução de 50% estão a pagar 8 euros/hora.

Quanto ao eventual pagamento pela utilização de espaços em serviço comunitário (ao invés de numerário), elogiou a bondade da proposta, mas frisou, que abrir uma exceção a uma secção seria abrir o precedente a que todas as outras secções solicitassem o mesmo. Prometeu avaliar atentamente a proposta da Secção de Basquetebol da AAC e, até ao final do mês, comprometeu-se a reunir com o Senhor Fabrice. Frisou que esta secção ocupa o pavilhão da Escola Alice Gouveia todos os dias, das 18h30 às 21h30, sendo que às quartas e sextas-feiras ocupa até às 23h.

O Senhor **Presidente** disse que há espaço para um entendimento. Frisou que estão todos a ser confrontados com uma nova realidade que querem adequar à vontade da Autarquia de proporcionar aos clubes espaços de treino a custo mínimo. São obrigados por Lei a ceder os espaços de forma onerosa e o que, à partida, podem fazer é o que já está a ser feito – uma redução automática de 50% das taxas. Neste momento estão a estudar o que mais podem fazer para reduzir o impacto destas alterações sobre os clubes. A parte social que os clubes podem desempenhar é naturalmente muito bem vista e será devidamente valorizada pelo Município, afirmou, acrescentando ter a certeza de que há aqui um espaço de entendimento e de melhoria futura desta utilização. Quanto ao facto do basquetebol ter tantos treinos, só pode dar os parabéns pela atividade da Secção e agradecer pelo trabalho que têm vindo a desenvolver.

Nesta altura a ordem de trabalhos foi retomada.

### **IV 3. DMTT-DPGRT – Despachos n.º 12221-B/2023 e n.º 12221-C/2023 – Reforço Extraordinário do 1.º e 2.º trimestres de 2023 – Proposta de transferência para os SMTUC – Ratificação**

Foram publicados os Despachos n.º 12221-B/2023 e n.º 12221-C/2023, de 29 de novembro, que determinam o reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros abrangidos pelo Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), tendo sido atribuído à CIM-RC o valor de 3.632.338,00€, quanto ao 1.º trimestre, e o valor de 2.551.100,00€, quanto ao 2.º trimestre. Em virtude dos atrasos nas transferências das verbas solicitadas ao Fundo Ambiental, para fazer face ao défice apurado e reportado, por força das necessidades financeiras dos SMTUC, foi aprovada em Reunião de Executivo de 18/12/2023, a transferência a título de subsídio à exploração do montante de 2.035.100,42€. Contudo, considerando que a verba referente ao reforço extraordinário do 1.º e 2.º trimestre de 2023, no valor de 1.941.537,70€, será



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

transferida até ao final do ano, conforme informação agora transmitida pela CIM|RC, deverá a decisão tomada na Reunião acima referida ser revogada e a Câmara Municipal proceder de imediato à transferência para os SMTUC da verba do reforço extraordinário, a título de adiantamento, uma vez que a mesma se destina a cobrir o défice de exploração no exercício corrente e que a transferência por parte do Fundo Ambiental poderá não ocorrer em tempo útil face ao número de dias úteis até ao final do ano. Logo que recebida a verba a transferir pelo Fundo Ambiental, via CIM|RC, a mesma reverterá a favor do Município.

Neste contexto, foi elaborada a informação n.º 99626, de 22/12/2023, da Divisão de Planeamento e Gestão de Redes de Transportes, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Mobilidade, Trânsito e Transportes, bem como despacho do Senhor Presidente, todos dessa mesma data, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1937/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar, enquanto Autoridade de Transportes com competências consagradas na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado através da Lei n.º 52/2015 de 09 de junho, o despacho do Senhor Presidente de 22/12/2023 que, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou:**
  - a) A revogação da Deliberação tomada em 18/12/2023, a qual aprovou a transferência a título de subsídio à exploração do montante de 2.035.100,42 €;
  - b) A transferência para os SMTUC da verba do Reforço Extraordinário, referente ao 1.º e 2.º trimestres de 2023, no valor de 1.941.537,70 €, a título de adiantamento;
  - c) Que a verba que venha a ser a transferida pelo Fundo Ambiental, via CIM|RC, reverta a favor do Município.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

#### **IV. 4. DMTT-DPGRT – Programa de Apoio à Redução Tarifária de 2023 – Proposta de transferência de verbas para os SMTUC – Ratificação**

Das verbas que cabem à Autoridade de Transportes (AT) de Coimbra, a CIM|RC transferiu para o Município de Coimbra no dia 21/12/2023 os últimos montantes respeitantes ao programa PART de 2023, pelo que a AT de Coimbra já rececionou a totalidade das verbas. Dispõe o n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 1-A/2020, de 03/01/2020, que das verbas alocadas a cada autoridade de transporte, uma parcela não inferior a 60%, destina-se a financiar as medidas de apoio à redução tarifária previstas no artigo 3.º, devendo o valor remanescente ser aplicado no aumento da oferta de serviço e na extensão da rede.

Assim, foi elaborada a informação n.º 99746, de 22/12/2023, da Divisão de Planeamento e Gestão de Redes de Transportes, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Mobilidade, Trânsito e Transportes, bem como despacho do Senhor Presidente, todos na mesma data, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1938/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar, enquanto Autoridade de Transportes, com competências consagradas na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado através da Lei n.º 52/2015 de 09 de junho, o despacho do Senhor Presidente de 22/12/2023 que, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**setembro, aprovou a transferência para os SMTUC das verbas atualmente disponíveis no Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) de 2023, designadamente:**

- Redução tarifária – apoio de capital do Orçamento do Estado – 458.383,38 €;
- Redução tarifária – apoio da Câmara Municipal de Coimbra – 91.676,68 €.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **IV. 5. DMTT-DPGRT – PROTransP 2023 – Utilização das verbas disponíveis (Despacho n.º 5963/2023), para atribuição do financiamento para compensar os SMTUC, no âmbito do Decreto-Lei n.º 14 C/ 2020, de 7 de abril – Ratificação**

Através do envio dos relatórios ao Fundo Ambiental para cumprimento do Despacho n.º 5387/2023, de 10 de maio, foi reportada a oferta/procura, as receitas operacionais, os custos de transporte bem como a necessidade de financiamento, referentes à operação dos SMTUC nos I e II e III trimestres de 2023, bem como a utilização das verbas à data disponíveis para a atribuição do financiamento para compensar os SMTUC pela realização dos serviços essenciais. As verbas apuradas totalizam o valor de 5.518.639,44€. Assim, face ao défice total, existe enquadramento para o pagamento da verba atualmente disponível no programa PROTransP referente ao 2.º semestre de 2023, no valor de 215.530,04 €.

Assim, foi elaborada a informação n.º 99778, de 22/12/2023, da Divisão de Planeamento e Gestão de Redes de Transportes, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Mobilidade, Trânsito e Transportes, bem como despacho do Senhor Presidente, todos na mesma data, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1939/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar, enquanto Autoridade de Transportes, com competências consagradas na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado através da Lei n.º 52/2015 de 09 de junho, o despacho do Senhor Presidente de 22/12/2023 que, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou a transferência das verbas atualmente disponíveis no programa PROTransP, no montante de 215.530,04€, para atribuição do financiamento para compensar os SMTUC, enquanto operador de transporte de passageiros e meios próprios da Autoridade de Transportes de Coimbra, pela realização dos serviços de transporte público essenciais, definidos ao abrigo do Despacho n.º 3547 A/2020, 22 de março de 2020, e que, decorrentes das medidas excecionais de proteção da saúde pública adotadas, são deficitários do ponto de vista da cobertura dos gastos operacionais pelas receitas da venda de títulos de transporte.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **IV. 6. DMTT-DPGRT – Medidas excecionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação – Congelamento dos passes – Transferência para os SMTUC| outubro e novembro de 2023**

A medida prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2022 de 6 de setembro, veio estabelecer que no ano de 2023 não haveria lugar a aumento do valor dos passes dos transportes públicos, garantindo que a não aplicação do valor da Taxa de Atualização Tarifária (6.11%) aprovada para o ano de 2023 seria assumida pelo Governo. Desta forma o montante que cabe ao Município de Coimbra para fazer face a esta medida é de



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

460.346,97€, tendo sido já justificado o pagamento de 175.474,45€.

Assim, foi elaborada a informação n.º 99917, de 22/12/2023, da Divisão de Planeamento e Gestão de Redes de Transportes, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Mobilidade, Trânsito e Transportes, ambos de 28/12/2023, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 02/01/2023, e do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1940/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovar, enquanto Autoridade de Transportes, com competências consagradas na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado através da Lei n.º 52/2015 de 09 de junho, a transferência do montante de 46.509,20€, para os SMTUC, para mitigar o congelamento do valor dos passes dos SMTUC dos meses de outubro e novembro, conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2022, de 6 de setembro.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **IV. 7. PR – Proposta de nomeação de membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra**

A Senhora Vereadora Regina Bento disse que a maioria que governa o Executivo já abordou este ponto no Período de Antes da Ordem do Dia, atropelando completamente o Regimento das reuniões da Câmara Municipal. Hoje assistiu-se a um dos maiores períodos de antes da ordem do dia desta Câmara, notou. Sobre a proposta de nomeação de um Conselho de Administração externo para os SMTUC, disse que ela revela bem o desnorte, a impreparação, a incapacidade deste Executivo para gerir a Autarquia e os SMTUC. Constatou que o Senhor Presidente não faz a mínima ideia do que anda a fazer, não tem qualquer estratégia para os SMTUC. Antes, queria internalizá-los, agora quer externalizar a gestão, numa tentativa de desresponsabilização política total, numa altura em que aqueles serviços “bateram no fundo” e em que as pessoas diariamente esperam e desesperam pelos transportes, criticou. Acrescentou que esta estratégia da desresponsabilização é um *modus operandi* a que o Senhor Presidente já tem vindo a habituar as pessoas. Há sempre um culpado: ou é o Executivo anterior, ou é a guerra da Ucrânia, ou é o Governo, etc. A culpa é sempre de alguém que não deste Executivo, que não assume nada. Portanto, a partir de agora a culpa será deste novo Conselho de Administração (CA), que será responsabilizado por tudo o que correr mal nos SMTUC. Muito a espanta esta proposta de nomeação de um CA externo, que vai representar um encargo adicional para a CMC de cerca de 150 mil euros por ano. Para quem tanto se queixa de falta de receita, isto é, no mínimo incoerente, acusou. Mas já tinha sido assim com a megaestrutura de dirigentes da CMC, que representa um encargo de cerca de 4 milhões de euros por ano. Portanto, este Executivo gosta de investir em dirigentes, em gestores, mas deixa os serviços sem motoristas, sem pessoal oficial. Recordou que nos últimos dois anos saíram dos SMTUC 63 trabalhadores, prevendo-se que saiam mais 27 este ano, conforme decorre das GOP e Orçamento 2024.

Apesar da Senhora Vereadora Ana Bastos dizer que fizeram os possíveis, não descortina qualquer estratégia de recrutamento, de sensibilização, de atração de trabalhadores para os SMTUC, designadamente para as funções de motorista e para as áreas operacionais da oficina. Esta proposta, subscrita diretamente pelo Senhor Presidente da CMC, também lhe causa espanto, porque na verdade é um atestado de incompetência ao anterior Conselho de Administração, liderado pela Senhora Vereadora Ana Bastos, a grande especialista de mobilidade. A dada altura, o Senhor Presidente disse que era “a maior especialista do Universo em mobilidade”, lembrou. É o que se vê, afinal “a montanha pariu um rato”, nunca os serviços estiveram tão mal, nunca os níveis de serviço estiveram tão baixos, nunca o volume de reclamações de utentes foi tão grande, nunca o nível de



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

satisfação dos trabalhadores dos SMTUC foi tão baixo! E, por isso, entende que devem ser retiradas consequências políticas por parte do atual CA dos SMTUC, nomeadamente por parte da sua presidente, a Senhora Vereadora Ana Bastos. Ao fim de dois anos e dois meses de mandato o que vê é um Executivo cansado, desnordeado, sem qualquer capacidade de coordenação da ação dos serviços municipais, colecionando inconsequências e avolumando despesa. Para quem tanto prometeu, tem sido um mandato desastroso para a cidade e para os conimbricenses. Terminou com duas questões concretas: Perante a nomeação deste CA profissional, vai ser provido o lugar de Diretor-delegado? Visto que o concurso está a decorrer, gostaria de saber se vão anulá-lo. Por outro lado, em termos políticos, quem é que fica no Executivo com a responsabilidade do pelouro dos SMTUC.

O Senhor Vereador **Francisco Queirós** disse que compete à Câmara propor para votação a constituição de um conselho de administração. De acordo com a Lei, ele pode ser constituído por não-vereadores e, portanto, é essa a proposta apresentada. Em princípio, nada tem contra, já que é uma prerrogativa do Executivo e duas das pessoas propostas já exercem funções nos SMTUC. A justificação/objetivo apresentado é o de que, desta forma, as pessoas terão mais disponibilidade para se dedicarem a uma boa gestão. E, na sua opinião, o fundamental é que haja boa gestão, pelo que dará o benefício da dúvida. Não se irá opor a esta proposta e cá estarão todos para, mais tarde, avaliar se o objetivo final contido na proposta, de “*melhoria do serviço prestado pelos SMTUC*” é ou não alcançado. Para a CDU, o importante é que os SMTUC cumpram o seu papel de serviço público de transporte municipal com a melhor eficácia e fiabilidade possível, ultrapassando todas as dificuldades.

O Senhor Vereador **Carlos Lopes** disse que, do seu ponto de vista, não incumpriu o Regimento de forma alguma. Apenas partilhou, na qualidade de vogal do CA dos SMTUC e no período de antes da ordem do dia, alguns agradecimentos e considerações que se impõem com a proposta de alteração do modelo de gestão. E, portanto, fê-lo antes da ordem do dia, e com toda a propriedade.

O Senhor Vereador **Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“- *Estranho que as minhas afirmações sejam generalistas, quando deveria ser o Vereador com maior número de citações (talvez por incapacidade minha em autoria), quer mesmo da informação municipal, quer do sr. Presidente e vereadores da situação. Se valem zero, é uma opinião, respeitável como qualquer outra, e que não seja um autorretrato.*

- *Em referência à informação municipal:*

- *Congratulo-me com o histórico de em 1946 ter entrado em funcionamento em Coimbra a primeira linha de trolleybus em Portugal. Não compreendo então a razão de estarem a ser retiradas as linhas de suporte aos trolleybus na cidade...*

- *Tendo a Assembleia Municipal sido desfavorável à proposta de internalização dos SMTUC, não vemos como lógica a proposta de externalização, pelo menos quanto à responsabilidade de gestão, incluindo encargos... A AM rejeita “politicamente” (diz) e o executivo propõe porque? Não é político?*

- *Congratulo-me com o reconhecimento da existência de uma “crise financeira internacional de 2008”, ainda que não seja reconhecido a rejeição do PEC IV como fator para entrada da troika em Portugal.*

- *É difícil compreender a crítica ao “alargamento do número de linhas”, que diz ser “sem a devida preparação prévia, em material e recursos humanos”, perante as necessidades da população para recurso ao trabalho, aos hospitais e à vida familiar.*

- *Quanto à sobrecarga dos vereadores (deste executivo), cujos conhecimentos, aptidões e competências muito considero, quando se propuseram a votação para eleição, não sabiam das responsabilidades que poderiam ter de assumir?*

- *A legislação (lei 50/2012, atualizada) prevê este tipo de nomeação, sendo o mandato dos membros do Conselho de Administração de três anos. O sr. presidente considerou legítimo, moral e ético, fazer esta nomeação, ao fim de 2 anos e 3 meses, quando o seu próprio mandato termina dentro de 21 meses”.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor **Vereador Miguel Fonseca** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

*“Foi um grande privilégio, que agradeço ao Sr. Presidente, ter integrado o Conselho de Administração dos SMTUC ao longo dos últimos 27 meses, com os meus colegas Ana Bastos e Carlos Lopes, com grande sacrifício pessoal, mas sobretudo total dedicação à causa pública e sentido do dever cumprido.*

*Nesse período, assumimos como domínios prioritários da nossa atuação a renovação da frota numa ótica de superior desempenho ambiental e energético, e a criação de melhores condições de trabalho dos seus funcionários, que saúdo nesta ocasião, porquanto são e serão sempre o recurso mais valioso dos SMTUC. Não podem, pois, subsistir quaisquer dúvidas que o Executivo municipal, em estreita articulação e cooperação com os SMTUC, pretende conduzir, com equilíbrio, a transição de um modelo de cidade ainda excessivamente direcionado para a defesa do veículo individual, para um modelo baseado nas pessoas e na proximidade, impulsionando assim os modos de mobilidade suave e o uso dos transportes públicos, tornando-os mais fáceis e acessíveis. Dessa forma será possível promover o desenvolvimento de um ecossistema multi e intermodal, conectado, acessível e inclusivo que fomente uma mobilidade eficiente e confortável, alavancando o nosso concelho para patamares de progresso e bem-estar cada vez mais elevados.*

*Conforme consta das GOP, que constituem o principal instrumento de planeamento e de desenvolvimento dos SMTUC, com o objetivo de responder às necessidades das populações locais em matéria de transportes e dos respetivos impactos na qualidade de vida e de bem-estar dos cidadãos, será sempre através do papel ativo dos Serviços no sistema global de transportes de Coimbra, e, em particular, a nível da mobilidade sustentável, que queremos contribuir para uma cidade moderna, inovadora e com elevada qualidade de vida.*

*Estou assim certo de que o novo Conselho de Administração (ao qual desejo, naturalmente, as maiores felicidades) prosseguirá no ano de 2024 uma política de aumento da procura de passageiros, assente na eficiência, fiabilidade e qualidade do serviço prestado, assim como no rigor da gestão financeira, podendo contar para o efeito com a minha máxima colaboração, enquanto membro deste Executivo, na missão conjunta de promover o desenvolvimento sustentável de Coimbra”.*

O Senhor **Presidente** disse que este Executivo não é tolhido pelos problemas, trabalha para encontrar soluções. Já o PS, está contra tudo e o seu contrário, pelo que já nada o surpreende. Garantiu que continuarão a trabalhar em prol do melhor para os SMTUC e para o serviço público, resolvendo aquilo que não foi resolvido no passado e proporcionando aos SMTUC um nível de investimento que nunca tiveram até hoje. Basta ver o quadro de viaturas velhas e de viaturas novas para se perceber a diferença do empenho e investimento entre este Executivo e o anterior. Certamente que a curto e médio prazo os munícipes de Coimbra irão sentir essas diferenças, porque o que este Executivo quer é servir bem os munícipes de Coimbra, sentenciou.

Agradeceu ao CA cessante, o brilhante trabalho que desenvolveu, nomeadamente com a aquisição de novas viaturas e com a nova plataforma de bilhética, que veio tornar muito mais acessível a aquisição de passes e bilhetes dos SMTUC. Assiste-se a uma transformação tecnológica nos SMTUC semelhante à que este Executivo protagonizou, quando tomou posse, ao nível da desmaterialização dos processos. Tomou posse e encontrou uma Câmara que funcionava a papel, e mal, e hoje funciona a nível digital, e bem.

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que dispõe que *“Os membros do conselho de administração são nomeados pela Câmara Municipal, podendo ser exonerados a todo o tempo”*, foi apresentada a proposta do Senhor Presidente, de 04/01/2024, de nomeação de membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Assim, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 1941/2024 (08/01/2024):*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Aprovar, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que dispõe que “Os membros do conselho de administração são nomeados pela Câmara Municipal, podendo ser exonerados a todo o tempo”, que o Conselho de Administração dos SMTUC seja constituído pelos seguintes membros:**
    - **Presidente:** Jorge Miguel da Siva de Jesus
    - **Vogais:**
      - Maria João de Melo Pessoa de Oliveira
      - Nuno Miguel da Silva Faria.
- O mandato dos membros do Conselho de Administração é de três anos, sem prejuízo de poderem ser exonerados a todo o tempo, devendo os mesmos ser remunerados de acordo com o disposto na Portaria n.º 313/2021, de 22 de dezembro, e demais legislação aplicável, conforme decorre dos n.ºs 2 e 3 do aludido artigo 12.º. A nomeação ora aprovada produz efeitos a 10 de janeiro de 2024.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Francisco Veiga, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Cortez Vaz e Miguel Fonseca. Absteram-se os Senhores Vereadores Regina Bento, José Dias, Hernâni Caniço, Rosa Cruz e Francisco Queirós.

Nesta altura ausentou-se o Senhor Vereador José Dias.

### PONTO V. EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

#### V.1. DES-DE – AAC – Secção de Badminton – Utilização do refeitório da Escola EB 2/3 Silva Gaio – Ratificação

A Secção de Badminton – Associação Académica de Coimbra solicitou a utilização do Refeitório da Escola EB 2/3 Poeta Manuel da Silva Gaio para convívio de Natal dos atletas e familiares, que se realizou no dia 17 de dezembro.

Sobre este assunto, o Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção:

“- *Congratulamo-nos com a Direção do Agrupamento de Escolas Coimbra Centro, onde o referido estabelecimento se encontra inserido, ao ceder o espaço e ausência de encargos, nomeadamente com o “trabalho suplementar que vier a ser prestado”.*

- *Tratando-se simultaneamente de um evento com cariz solidário, não encontramos nenhuma forma de solidariedade da Câmara Municipal de Coimbra, face ao ocorrido com um incidente grave descrito”.*

A Senhora **Vereadora Ana Cortez Vaz** respondeu que os agrupamentos de escola pronunciam-se, mas não têm autonomia, neste momento, para autorizar qualquer pessoa, qualquer clube ou outro a realizar qualquer coisa. Os espaços agora são municipais, tirando os espaços da Parque Escolar (e mesmo esses, fora do horário escolar, é a CMC que autoriza), e, portanto, foi o Município de Coimbra que apoiou e autorizou, perante o parecer positivo da direção do agrupamento. Quanto à questão das horas extraordinárias, há duas formas de proceder: há agrupamentos que preferem que se pague as horas extraordinárias à parte, há outros em que eles próprios preferem gerir isso com horas entre as assistentes operacionais. Portanto, neste caso concreto foi o Município que autorizou e se não pagou as horas extraordinárias foi porque a direção do agrupamento assim quis e assim faz a sua gestão.

Assim, foi elaborada a informação n.º 96570, de 13/12/2023, da Divisão de Educação, que mereceu pareceres da Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Educação e Saúde, ambos da mesma data, bem



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

como despachos da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz, de 14/12/2023, e do Senhor Presidente, de 16/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1942/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 16/12/2023 que, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou a cedência do espaço da sala de refeições da EB 2/3 Poeta Manuel da Silva Gaio, no dia 17 de dezembro, à Associação Académica de Coimbra – Secção de Badminton, nos termos acordados entre as partes.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura retomou os trabalhos o Senhor Vereador José Dias.

### **V.2. DAG-DAJC – Abertura do procedimento administrativo para elaboração do “Regulamento Municipal de Gestão da Residência Ganhar Autonomia”**

Através da Informação com o Registo de MyDoc n.º 41203, de 13/06/2022, da Divisão de Habitação Social (DHS), foi elaborada uma Proposta de Regulamento Municipal de Gestão da “Residência Ganhar Autonomia”.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que gostaria de louvar o início deste procedimento, no qual teve intervenção inicial. Explicou que esta foi uma candidatura apresentada há alguns anos, e bem, deverá ter um regulamento específico e, portanto, é o início desse procedimento. Esta candidatura obedecia a um determinado tipo de regras e condições que serão com certeza plasmadas no futuro Regulamento Municipal, pelo que considera que este é um passo importante.

Sobre este assunto, o Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte informação:

“- Trata-se da abertura de um procedimento administrativo, portanto aceitável, para uma ação meritória que é a Residência Ganhar Autonomia.

- No entanto, na informação jurídica, consta a existência de um projeto de “Regulamento Municipal de Gestão da Residência ganhar Autonomia”, com base no qual se elaboram asserções, e que é do desconhecimento dos Vereadores da Oposição, por não se encontrar na documentação entregue.

- Regista-se a preocupação do Diretor do DAG, que entende que “Após análise do parecer jurídico e não obstante o projeto de regulamento apresentado carecer de ser trabalhado e melhorado [as normas quanto à apresentação/admissão/e seleção das candidaturas necessitam de melhor desenvolvimento; o modo de funcionamento do projeto/iniciativa/programa; possibilidade ou não de admissão de candidatos "sinalizados" por outras entidades; avaliação dos "custos-benefícios" que o Município pondera alcançar com a implementação do regulamento], o que será feito após a abertura do início do procedimento e antes da proposta de discussão pública.

- Já agora, sra. Vereadora Ana Cortez Vaz, “Ação social adiada” é desvalorizar a criação de um Regulamento para as Entidades sem fins lucrativos com critérios precisos, é o descontrolo do número, falta de qualidade de vida e ausência de recursos alternativos dos sem abrigo (será por falta de articulação com outras entidades públicas, nomeadamente na área da saúde?), é a ausência da aplicação municipal de um plano de combate à pobreza integrado em plataforma que envolva as organizações da sociedade civil, por exemplo. E já agora, o exemplo do basquetebol que foi aqui apresentado, é um bom exemplo de compreensividade e não adiamento”.





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Senhora **Vereadora Ana Cortez Vaz** disse que, se o Senhor Vereador leu os movimentos MGD deste processo, verificou que ela própria o enviou para a DAJC, para análise. Com todo o respeito que lhe tem, disse que já falaram sobre esta questão das IPSS's e já lhe respondeu que isso está plasmado no RMAAS. Em relação às pessoas em situação de sem abrigo, disse que finalmente a CMC tem um protocolo com o CRI de Psiquiatria do CHUC para conseguirem fazer uma ponte com elas. A saúde mental é aqui um fator importantíssimo. As pessoas em situação de sem abrigo não vão aos hospitais, a não ser em caso de urgência, não vão a consultas médicas. O que têm de fazer é o que se faz, por exemplo, no Porto: ter integrados, nas equipas de rua, psiquiatras e psicólogos, que vão ter com essas pessoas. Naturalmente que as escalas de Porto e Coimbra não são comparáveis no que concerne a pessoas em situação de sem abrigo, o Porto tem 15 a 20 vezes mais pessoas em situação de sem abrigo que Coimbra, mas está-se a tentar fazer esse trabalho.

Disse que esta temática vai ser fulcral durante este ano, fruto da grave crise na habitação, crise económica e migração. É essencial que haja uma via verde na saúde para estas pessoas e que a Comissão Municipal de Proteção do Idoso de Coimbra tenha um papel preponderante, porque na questão dos idosos vulneráveis há muita dificuldade em chegar à justiça. O Senhor Vereador **Hernâni Caniço** fala em ação social adiada, mas a verdade é que muita ação social foi feita, defendeu.

O Senhor **Presidente** ironizou dizendo que até pensava que já não havia problemas sociais no país, visto que o Governo suspendeu o IVA Zero no cabaz alimentar e tem mais preocupação com a obsessão de reduzir o défice abaixo de 100% do que tomar outras medidas de impacto social.

O Senhor **Vereador Hernâni Caniço** disse que regista, a cada momento, o que entende que é uma crítica e o que entende que é um louvor. E tem feito louvor a várias situações e áreas específicas de intervenção onde considera que se tem feito um trabalho meritório. Mas entende que é sua função alertar para aquilo que acha que pode ser feito melhor.

Assim, foi elaborada a informação n.º 97076, de 14/12/2023, da Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso, que mereceu pareceres da Chefe da referida Divisão, de 15/12/2023, e do Diretor do Departamento de Administração Geral, de 19/12/2023, bem como despacho do Senhor Presidente, de 22/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1943/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovar a abertura do procedimento administrativo com vista à elaboração do “Regulamento Municipal de Gestão da Residência Ganhar Autonomia”, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), no uso das competências conferidas pelas alíneas k) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua redação atual), que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, dando a devida publicitação ao início do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CPA.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **PONTO VI. PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURA E CIÊNCIA**

#### **VI.1. DCT-DCSF – Conservatório Regional de Coimbra – VII Estágio da Orquestra Maria Fernanda Rovira – Convento São Francisco – 19 de julho de 2024**

O Conservatório Regional de Coimbra solicitou a colaboração da Câmara Municipal de Coimbra (através de documento eletrónico com registo MGD n.º 67234/2023, de 22 de novembro) para a realização do concerto de



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

encerramento do VII Estágio da Orquestra Maria Fernanda Rovira (OMFR'24), que vai decorrer em julho de 2024.

O Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção:

*“- Concordamos com a isenção de taxas (conforme Proposta de Deliberação pela Unidade Orgânica), estranhando que se encontrem entre os votantes o saudoso Carlos Cidade e a Vereadora Carina Gomes (com o mandato suspenso).*

*- Na informação municipal estão expressas as possibilidades de redução ou isenção de taxas.*

*- Registamos com agrado, no cartaz do evento, quanto à sua localização, a referência à Antiga Igreja do Convento de S. Francisco”.*

Assim, foi elaborada a informação n.º 96951, de 14/12/2023, da Divisão do Convento São Francisco, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão, de 15/12/2023, e da Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, de 19/12/2023, bem como despacho do Senhor Presidente, de 22/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1944/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovar, de acordo com o n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais (Regulamento n.º 307/2021), a realização do concerto de encerramento do VII Estágio da Orquestra Maria Fernanda Rovira promovido pelo Conservatório Regional de Coimbra, Conservatório de Música David de Sousa (Figueira da Foz e Pombal) e Conservatório de Caldas da Rainha, na Antiga Igreja do equipamento municipal Convento São Francisco, no dia 19 de julho de 2024, com isenção do pagamento de taxas no valor de 2 616,25€ (acrescido de IVA à taxa em vigor) calculado de acordo com os n.ºs 3.1 e 7, do artigo 14.º da Tabela de preços e tarifas municipais (Anexo II) do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, Regulamento n.º 307/2021.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VI.2. DES-DE – Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra – Pedido de apoio financeiro – Ratificação**

Tendo como objetivo principal a melhoria contínua na formação dos seus alunos e o seu alargamento à comunidade em geral, através da disponibilização e oferta de recursos adequados que permitam igualmente o estudo de novos repertórios, a Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra solicitou, através de e-mail remetido ao Município a 20/12/2023, apoio financeiro, no montante de 10.000,00€, para projetos educativos de carácter relevante para o Município e para a comunidade em geral, tendo por base os pressupostos do projeto educativo daquele estabelecimento no âmbito da educação artística.

O Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção:

*“- Estamos, evidentemente, de acordo.*

*- Regista-se que no Acordo de Colaboração entre a Escola e a CMC, bem como na informação municipal, está explícito o apoio de 10.000 euros, “para apoio a projetos educativos de carácter relevante para o Município e para a comunidade em geral, tendo por base os pressupostos do projeto educativo daquele estabelecimento no âmbito da educação artística”, mas não sendo referenciada a aquisição de órgão de tubos”.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que a sua intervenção era exatamente sobre a mesma questão: de facto, não encontrou referência ao órgão de tubos em nenhuma parte do processo. Naturalmente, é favorável ao estabelecimento de um protocolo com o Conservatório de Música de Coimbra, e a qualquer tipo de apoio ao funcionamento do mesmo.

O Senhor **Presidente** disse que estão a aprovar um apoio de 10 mil euros para a atividade artística do Conservatório de Música de Coimbra. A forma como o Conservatório vai utilizar esse valor na sua valorização artística é da responsabilidade da Direção da escola.

Assim, foi elaborada a informação n.º 101172, de 30/12/2023, da Chefe da Divisão de Educação, que mereceu despachos da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz e do Senhor Presidente, ambos da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1945/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 30/12/2023 que atribuiu um apoio financeiro à Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra, no valor de 10.000,00€, consubstanciado no acordo de colaboração, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VI.3. DCT-DBAH – Proposta de preçário para a publicação Arquivo Coimbrão**

A Câmara Municipal de Coimbra, através da Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico, editou, no corrente mês de dezembro, os volumes 43 e 44 do Arquivo Coimbrão, uma publicação da responsabilidade da Biblioteca Municipal de Coimbra.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** explicou que é a Câmara, de acordo com a Lei, que tem competência para fixar os preços das prestações de serviços ao público e, portanto, também do valor da venda ao público do Arquivo Coimbrão. Congratulou-se com este processo e desejou que o Arquivo Coimbrão tenha voltado para ficar.

O Senhor **Presidente** fez seus os votos do Senhor Vereador, lembrando que o Arquivo Coimbrão esteve suspenso durante 11 anos.

Assim, foi elaborada a informação n.º 96809, de 14/12/2023, da Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico, que mereceu pareceres da Chefe da referida Divisão, da mesma data, e da Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, de 18/12/2023, bem como despachos do Senhor Vereador Francisco Queirós, de 27/12/2023, e do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1946/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovar o valor unitário de venda ao público do Arquivo Coimbrão - 13€ (12.26€ acrescido à taxa de IVA a 6%).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **PONTO VII. TEMPOS LIVRES E DESPORTO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### VII.1. GAV – Coimbra Magic Land – Proposta de adenda ao protocolo – Ratificação

O Coimbra Magic Land, realizado ao abrigo do protocolo celebrado entre o Município de Coimbra e a entidade promotora Vertente Versátil, Unipessoal Lda. – com duração prevista entre 18 de novembro e 25 de dezembro –, destacou-se por ser um evento que, pelo seu caráter inédito em Coimbra, teve um sucesso impactante na comunidade, superando, largamente, as expectativas iniciais no que respeita à adesão e participação do público. Muitas famílias e instituições escolares, quando confrontadas com a data de encerramento, lamentaram o facto de o evento terminar no dia 25 de dezembro, alegando conveniência e interesse público que a iniciativa em apreço se prolongasse por um período mais alargado, de modo a permitir às famílias e à comunidade escolar, que ainda não tiveram a oportunidade de o fazer, visitar o espaço e usufruir desta oferta cultural direcionada, exclusivamente, para a época natalícia.

O Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção:

“- *Quero, em primeiro lugar, elogiar o sr. Vice-Presidente pela iniciativa e pelo sucesso de Coimbra Magic Land, que promoveu a cidade, trouxe alegria às crianças (embora não esfusante, dada a ausência de inovação nas atividades) e o lazer dos adultos (muito menos, restrito a alguma alimentação nem sempre saudável).*

- *Concordo com o alargamento de 8 dias na prossecução do evento, ainda que não estejam estimados os custos das isenções de taxas, nem serviço da Polícia Municipal nem do desempenho dos serviços municipais, nem da divulgação municipal, tal como já não estavam no Protocolo inicial.*

- *Aguardamos a entrega do relatório de execução final pela entidade promotora previsto no Protocolo, ainda que não constasse prazo de entrega, do qual gostaríamos de ter conhecimento e não ficasse reservado ao segredo dos deuses (se é que há deuses em causa).*

- *Aguardamos também que não seja solicitado qualquer apoio financeiro a posteriori, por eventuais prejuízos, que seriam duvidosos, dada a afluência regular e constante dos visitantes e o elevado preço das atividades individuais, que motivaram muitas queixas dos visitantes adultos (ouvimo-las em 3 idas que fizemos ao Coimbra Magic Land)”.*

O Senhor **Vereador Francisco Veiga** agradeceu as palavras do Senhor Vereador Hernâni Caniço. Disse que, tal como já teve oportunidade de dizer na sua intervenção inicial, o Coimbra Magic Land superou as suas expectativas, tendo gerado uma enorme adesão por parte do público. Neste contexto, e por força desta circunstância, entenderam adiar o anunciado encerramento no dia 25 de dezembro, prolongando o evento até ao dia 2 de janeiro. Considerando que entre o Natal e o Ano Novo é tradicionalmente um período de férias, em que muitas crianças e famílias têm muito mais tempo disponível para lazer, consideraram que fazia todo o sentido manter o evento durante mais uma semana. Daí a proposta de adenda que vem a esta Câmara para ratificação, dada a circunstância de não poder ter sido objeto de apreciação e deliberação em tempo útil, explicou. Disse ainda que cumpria esclarecer que a adenda não introduz nenhuma outra alteração ao contrato inicial. A única alteração diz respeito ao período de vigência, adiando a data de encerramento de 25 de dezembro para 2 de janeiro. Tudo o resto mantém-se em vigor e, portanto, sem qualquer encargo ou custo para o Município para além do que estava previsto.

Deixou uma palavra de agradecimento à Dra. Dina Maia, promotora do evento, felicitando-a pelo sucesso da iniciativa e pela coragem, assumindo a seu cargo todos os custos inerentes ao evento sem qualquer garantia de retorno do valor inicialmente investido, que foi muito. Apesar do sucesso registado, frisou que não se podem esquecer que o evento não teve qualquer apoio financeiro por parte do Município, nem vai ter. Todo o apoio prestado pelo Município enquanto coorganizador consubstanciou-se em aspetos de caráter logístico relacionados com a isenção de taxas, plano de segurança, recolha de resíduos e reforço da iluminação pública. A título de curiosidade, e partindo do exemplo geograficamente mais próximo, disse que o Município de Montemor-o-Velho investiu cerca de 350 mil euros no Castelo Mágico, onde havia entradas pagas e cujo custo dos equipamentos era muito semelhante ao do Coimbra Magic Land. O Município de Coimbra teve, pela



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

primeira vez, um evento em moldes idênticos que também foi um sucesso e atraiu milhares de visitantes. Julga que não será despropositado refletirem sobre isto e, sobretudo, sobre o que querem fazer a partir de agora, que a semente está lançada e já perceberam que as atrações e eventos natalícios têm um efeito sinérgico na atração de visitantes e na dinamização e promoção do território. O Coimbra Magic Land é uma marca registada da CMC e é um evento que merece ser consolidado na sua essência como “evento-âncora” no contexto da quadra natalícia. Terminou fazendo um pedido aos Senhores Vereadores do PS: quando o PS voltar a gestão desta Autarquia, daqui a mais ou menos 10 anos, que é o que está previsto, ironizou, agradece que mantenham este evento, que para sempre lhe ficará colado à pele, uma vez que foi quem escolheu a marca e a mandou registar.

Assim, foi elaborada a informação n.º 99944, de 22/12/2023, da Divisão de Turismo, que mereceu despachos do Senhor Vereador Francisco Veiga, da mesma data, e do Senhor Presidente, de 27/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1947/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 27/12/2023 que, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou a adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Coimbra e a Vertente Versátil, Unipessoal, Lda., a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma, para o prolongamento do evento Coimbra Magic Land até ao dia 2 de janeiro de 2024.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VII.2. DCT-DCSF – Proposta de realização da 2.ª edição da "Bolsa da Empregabilidade no Centro de Portugal" – Convento São Francisco – 16 de abril de 2024**

A Turismo Centro de Portugal e a Associação Fórum Turismo vêm após a 1.ª edição da "Bolsa da Empregabilidade no Centro de Portugal", renovar o convite ao Município de Coimbra para ser parceiro na organização da sua 2.ª Edição.

Sobre este assunto, o Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita: *“Vemos com agrado a apresentação de indicadores de processo e múltiplos indicadores de impacto, o que seria um bom exemplo para justificar outras iniciativas. Concordamos com a isenção de taxas (conforme Proposta de Deliberação pela Unidade Orgânica), estranhando mais uma vez que se encontrem entre os votantes o saudoso Carlos Cidade e a Vereadora Carina Gomes (com o mandato suspenso).”*

Assim, foi elaborada a informação n.º 96624, de 13/12/2023, da Divisão do Convento São Francisco, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão, de 14/12/2023, e da Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, de 18/12/2023, bem como despacho do Senhor Presidente, de 22/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1948/2024 (08/01/2024):*

- **Apoiar a realização da 2.ª edição da “Bolsa de Empregabilidade no Centro de Portugal”, promovida pela Turismo Centro de Portugal e pela Associação Fórum Turismo na Antiga Igreja do equipamento municipal Convento São Francisco, no dia 16 de abril de 2024, através da isenção do pagamento do valor de 4.550,00€ (acrescido de IVA), de acordo com os n.ºs 3.1 e 7, do artigo 14.º da Tabela de preços e tarifas municipais (Anexo II) do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, Regulamento n.º 307/2021, nos termos descritos na informação**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**da Divisão do Convento São Francisco, comunicando-se à organização que todos os materiais de divulgação deverão ter a imagem gráfica da Câmara Municipal de Coimbra e a menção “Com o apoio da Câmara Municipal de Coimbra”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO VIII. HABITAÇÃO

#### **VIII.1. DEEM-DEH – Empreitada de Reconstrução e Construção de Edifício “Casa das Talhas”, Rua Fernandes Tomás n.º 58 a 66 – Prorrogação do Prazo de Execução – Ratificação**

Por deliberação da Câmara Municipal de Coimbra n.º 2708, de 06/09/2021, foi aprovada a adjudicação da empreitada em epígrafe à sociedade Veiga Lopes, S.A. Em 24/11/2023 (MGD n.º 91124), a sociedade adjudicatária solicitou a prorrogação do prazo de execução da empreitada até 25/06/2024.

Assim, foi elaborada a informação n.º 97600, de 15/12/2023, da Divisão de Edifícios Habitacionais, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, ambos da mesma data, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz, de 17/12/2023, e do Senhor Presidente, de 21/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1949/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 21/12/2023 que, nos termos do n.º 2 artigo 298.º do CCP, na sua redação atual, aprovou a prorrogação legal do prazo de execução da obra em 60 dias, compreendida entre 17/12/2023 e 15/02/2024.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

#### **VIII.2. DEEM-DEH – Empreitada “Reabilitação de 105 Habitações Municipais nos Bairros da Rosa e Ingote - 1.º Direito” (Lote 1 e Lote 2) – Trabalhos complementares – Adicional n.º 4 – Correção de defeitos da empreitada “Reabilitação do Edificado de Carater Social Lotes 11, 14, 16, 18 e 26” com interferência na execução dos trabalhos**

A responsabilidade pelo pagamento dos trabalhos complementares cabe ao dono de obra nos termos do n.º 1 do artigo 378.º do CCP, uma vez que são trabalhos que deveriam ter sido executados no âmbito de outra empreitada e que o dono de obra executou, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 296.º e do n.º 3 do artigo 396.º do CCP, as cauções à empresa J.C.N.F - Construções Lda., para garantir o seu pagamento.

Assim, foi elaborada a informação n.º 90652, de 23/11/2023, da Divisão de Edifícios Habitacionais, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão, de 27/11/2023, e da Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, de 13/12/2023, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz, de 13/12/2023 e do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1950/2024 (08/01/2024):*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Aprovar os trabalhos complementares n.º 4 no valor total de 2 010,57€ (s/ IVA), ou seja, 2.131,20€ (c/ IVA), nos termos do artigo 378.º do CCP, com um prazo de execução de 5 dias e que correspondem à Correção de defeitos da empreitada “Reabilitação do Edificado de Caráter Social Lotes 11, 14, 16, 18 e 26” com interferência na execução dos trabalhos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VIII.3. DAHS-DEH – Reabilitação 105 Habitações Municipais nos Bairros da Rosa e Ingote – 1.º Direito – Lote 4 e Lote 5 – Revisão de Preços Ordinária Provisória n.º 6**

Nos termos da legislação aplicável, nomeadamente artigo 382.º do CCP, o adjudicatário tem direito à revisão de preços conforme fixa e determina o contrato e a Lei especial aplicável, o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na sua atual redação.

Assim, foi elaborada a informação n.º 83841, de 02/11/2023, da Divisão de Edifícios Habitacionais, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão, de 07/11/2023, e da Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, de 12/11/2023, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz, de 02/01/2024, e do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1951/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovar a 6.ª revisão de preços ordinária provisória no valor de 33.274,12€ (s/ IVA), devendo ser deduzidas as importâncias faturadas nas revisões de preços provisórias anteriores, no valor de 28.603,77€ (s/ IVA), sendo o valor líquido a faturar de 4.670,35€ (s/ IVA).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## **PONTO IX. PROTEÇÃO CIVIL, POLÍCIA MUNICIPAL E BOMBEIROS**

### **IX.1. CBSC – Pedido de aceitação de doação de materiais provenientes da ANEPC**

Integrado no Programa MAIS Floresta nas ações de realização de informação e sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco da população, de programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas (alargamento dos programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”) e, simultaneamente, para dar resposta operacional com a aquisição de veículos de combate a incêndios, de equipamentos de proteção individual e restante equipamento operacional de combate a incêndios rurais, e o reforço da qualificação dos operacionais que intervêm no combate aos incêndios rurais, foi recebido na Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, no dia 15/12/2023, equipamento de proteção individual (EPI) proveniente da ANEPC.

O Senhor Vereador **Carlos Lopes** disse que o material em questão está em muito bom estado, agradecendo à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) pela doação.

Assim, foi elaborada a informação n.º 99890, de 22/12/2023, da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, que mereceu despachos do Senhor Vereador Carlos Lopes, de 27/12/2023, e do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1952/2024 (08/01/2024):*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Aceitar, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as doações do material identificado na informação n.º 99890, de 22/12/2023, da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, no valor total de 2.200,00€, com agradecimento à entidade doadora, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), nomeadamente:**

Designação	Quantidade	Preço unit. c/ IVA	Preço c/ IVA
Camisola Ignífuga - Difire	10	38,50€	385,00€
Luvas de combate incêndio Florestal Firemaster Wildland	5	93,00€	465,00€
Bota Haix MISSOULA	5	270,00€	1.350,00€
<b>Total</b>			<b>2.200,00€</b>

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### IX.2. CBSC – Pedido de aceitação de doação de materiais provenientes da CIM-RC

Ao abrigo do protocolo realizado no dia 01/08/2014, referente à cedência de equipamento de proteção individual (EPI) no âmbito da candidatura para aquisição de equipamento de combate a incêndios naturais da região centro, (ECIEN-RC), foi recebido na Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, no dia 15/12/2023, diretamente do Serviço Municipal de Proteção Civil, registado com o MGD n.º 97229, material proveniente da CIM-RC.

O Senhor **Vereador Carlos Lopes** agradeceu à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), a doação em causa.

Assim, foi elaborada a informação n.º 99858, de 22/12/2023, da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, que mereceu despacho do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1953/2024 (08/01/2024):*

- **Aceitar, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as doações do material identificado na informação n.º 99858, de 22/12/2023, da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, no valor total de 1.809,00€, com agradecimento à entidade doadora, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), nomeadamente:**

Designação	Quantidade	Preço estimativo unit. c/IVA
Binóculos “Olympus Binoculars 8*40 S”	1	205,00€
TABLET - Samsung Galaxy Tab A8	1	222,00€
Hipsómetro “Laser Tech – Tupulse 200L”	1	1.163,00€
Lanterna “Peli – 76000 Led c/bolsa”	1	216,00€
<b>Total</b>		<b>1.809,00€</b>

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### PONTO X. AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

#### X.1. DF-DCL – Concurso Público Internacional n.º 10/2023 – Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos e limpeza urbana – Prorrogação do prazo para apresentação das propostas – Ratificação

Na sequência de pedidos de esclarecimentos e da identificação de erros e omissões das peças procedimentais, foi - por despacho do Senhor Presidente, de 04/12/2023, ratificado por deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 11/12/2023 - prorrogado o prazo para apresentação das propostas até ao dia 04/01/2024. Dentro do novo prazo fixado para a apresentação de esclarecimentos, erros e omissões, foram solicitados esclarecimentos por dois interessados, tendo a resposta aos mesmos sido elaborada pelo júri do procedimento e submetida na plataforma eletrónica VortalGov no dia 22/12/2023. A informação relativa à prestação de esclarecimentos elaborada pelo júri mencionava que seria disponibilizado, como anexo, o “Estudo de desenvolvimento de sistemas de gestão de Biorresíduos do Município de Coimbra”. Não tendo sido submetido na plataforma o documento acima identificado, veio um interessado, no dia 26/12/2023, solicitar a sua imediata disponibilização e a prorrogação do prazo para apresentação das propostas “...por período equivalente ao que medeia a data-limite para apresentação de esclarecimentos e a efetiva disponibilização do estudo”.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** manifestou alguma preocupação relativamente a este processo, uma vez que já é a segunda prorrogação de prazo deste concurso, lembrando que, enquanto isso, o Município gasta “rios de dinheiro” em ajustes diretos para assegurar a recolha e transporte de resíduos e limpeza urbana. Neste sentido, assinalou que esta prorrogação traduz má gestão, não sendo um caso isolado, uma vez que já aconteceu o mesmo para as refeições escolares e para a limpeza das instalações municipais, onde os concursos públicos internacionais não ficaram prontos a tempo. Assim, a Senhora Vereadora disse que gostaria de perceber como é que o Senhor Presidente justifica esta má gestão do erário municipal, uma vez que o Município, se planeasse e se os concursos fossem lançados a tempo, poderia gastar muito menos para assegurar os mesmos serviços.

O Senhor **Vereador Carlos Lopes** explicou que o concurso está a ser desenvolvido pela Divisão de Compras e Logística (DCL), dando conta que, efetivamente, houve esquecimento de um documento, mas que a prorrogação do prazo não iria implicar nenhuma alteração substancial. Acrescentou que irão cumprir os prazos e que não seria necessário fazer um novo ajuste direto ou qualquer outro procedimento para colmatar esta situação. Reiterou que houve um lapso administrativo e que foi corrigido a tempo, dando mais alguns dias para apresentação de propostas, não trazendo nenhum encargo adicional à Câmara Municipal ou necessidade de fazer outro procedimento.

O Senhor **Presidente** lembrou que a DCL foi extraordinariamente sobrecarregada pelo processo de descentralização de competências com mais contratação pública, para a qual a Câmara Municipal não estava preparada, dando conta que, por isso, já contrataram mais cinco pessoas para esta Divisão. Salientou que têm de continuar a reforçar a DCL com mais recursos humanos, apesar das críticas da oposição relativamente à despesa em recursos humanos, criticando, ainda, quando os recursos humanos são insuficientes. Afirmou que continuarão a fazer o trabalho com o mesmo empenho e que já estão habituados às críticas da oposição relativamente a tudo e o seu contrário.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** disse que estão num país democrático e que a oposição tem de fazer as críticas quando há lugar às mesmas. Por outro lado, recordou que existem chefias sem trabalhadores, sendo chefes deles próprios, e que na DCL, sendo uma Divisão fulcral na Câmara Municipal, a mesma encontra-se sem chefia há meses por culpa exclusiva do Senhor Presidente. Assim, salientou que a DCL tem impacto em todos os serviços da Câmara Municipal porque é uma Divisão fulcral.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor **Presidente** referiu que se estivesse em funções o anterior Presidente da Câmara Municipal, o mesmo não a tinha deixado fazer essa intervenção porque tinha medo da crítica. No entanto, disse que deixa fazer todas as intervenções porque não tem medo de crítica alguma, tolerando muito bem a crítica, respondendo às mesmas, o que considera uma forma de respeitar a oposição, embora a mesma não goste das respostas às críticas. Deu conta que a chefia da Divisão está a ser muito bem assegurada pela Diretora do Departamento Financeiro e que está a decorrer um concurso público para a nova chefia de Divisão da DCL, recordado que este facto foi desencadeado em virtude de a anterior Chefe de Divisão estar de atestado médico prolongado. Acrescentou que já deram indicação para que este concurso fosse acelerado e que continuam a reforçar com recursos humanos a DCL que não estava preparada para as consequências indiretas da descentralização de competências, nomeadamente em termos de custos e de funcionamento e que não foram avaliadas por ninguém, muito menos pelo anterior Executivo Municipal. Assim, disse que todos os Municípios estão a “correr atrás do prejuízo” para tentarem fazer face aos custos indiretos, em termos financeiros e de recursos humanos, da descentralização de competências e que provocou uma sobrecarga brutal de contratação pública. Por outro lado, disse que pelo facto de, nesta Câmara Municipal, terem passado da idade do papel para a idade digital, acelerou muito os procedimentos municipais, sendo uma sobrecarga adicional sobre a DCL. Referiu que, em breve, voltarão a reforçar a Divisão de Compras e Logística com mais meios humanos, esperando que tal não seja criticado pela oposição como sendo mais uma despesa pública e mais uma atitude despesista, uma vez que, de facto, os recursos humanos são necessários.

O Senhor **Vereador Miguel Fonseca** lembrou que, em bom rigor, a Senhora Diretora do Departamento Financeiro acumula funções de Chefia de Divisão de Compras e Logística, de forma interina, desde o dia 17 de abril de 2023, com elevado sacrifício pessoal, o qual é por demais reconhecido, lembrando que a Senhora Vereadora Regina Bento, como teve, no passado, responsabilidades nessa área, sabe qual a carga que está inerente ao funcionamento do Departamento Financeiro. Neste sentido, agradeceu a toda a equipa da Divisão pela disponibilidade, empenho, profissionalismo e dedicação, de forma a assegurar que, em tempo útil, ou seja, no dia 1 de janeiro de 2024, fosse assegurado todo um conjunto de processos de despesa inerentes à descentralização de competências na área da saúde, nomeadamente vigilância, limpeza, transportes e seguro de viaturas, e que foram realizados em tempo record, não obstante todos os constrangimentos associados. Reiterou que esta menção a toda a equipa da DCL e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, é perfeitamente merecido.

O Senhor **Presidente** afirmou que as críticas que são feitas pela oposição à Divisão de Compras e Logística não são merecidas, embora as pessoas que trabalham na DCL saibam o que se passa e que irão continuar a trabalhar para que a Câmara Municipal funcione o melhor possível. Lembrou que, neste período, caiu sobre a DCL uma sobrecarga brutal da descentralização de competências da área da saúde e com uma informação insuficiente e, por vezes, errada, que proveio dos serviços que, anteriormente, administravam este setor da saúde. Assim, salientou que a DCL tem um trabalho imenso e que todos têm de agradecer, reiterando que a mesma necessita de mais recursos humanos, esperando que, por esse facto, nunca mais tenha de ouvir a crítica à despesa em recursos humanos por parte dos Senhores Vereadores da oposição.

Assim, foi elaborada a informação n.º 100490, de 27/12/2023, do Júri do Procedimento (Divisão de Compras e Logística), que mereceu parecer da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despacho do Senhor Presidente, ambos de 28/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1954/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o despacho do Senhor Presidente, de 28/12/2023, que aprovou a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas do procedimento por concurso público com publicidade**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**internacional n.º 10/2023 – Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos e limpeza urbana – conforme estabelecem os números 1 e 2 do artigo 64.º do CCP, ou seja, até às 23:59:59 horas, do 6.º dia a contar da data de disponibilização na plataforma do documento “Estudo de desenvolvimento de sistemas de gestão de Biorresíduos do Município de Coimbra”;**

- **Aprovar a realização e o pagamento da despesa com a publicação do aviso de prorrogação do prazo no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, no montante estimado de 100,00 €, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **X.2. DAS – “Contrato de Consórcio para Implementação da Estratégia: Rede de Cidades Sustentáveis e Climaticamente Resilientes da Região Centro “CLIMA\_RESILIENTE\_URBCENTRO” – Ratificação**

A rede “CLIMA\_RESILIENTE\_URBCENTRO” tem por base uma estratégia de ativação de parcerias policêntricas, territorialmente articuladas, que perante problemáticas globais comuns, reconhece a diversidade cultural, económica e territorial, como elemento indutor de ações diferenciadoras que intensifiquem a competitividade e o posicionamento da rede no contexto internacional.

O Senhor **Vereador Carlos Lopes** referiu que este consórcio, que agora é proposto que seja ratificado, é particularmente valorizável no contexto do Aviso de concurso, atendendo a que irá usufruir da experiência da recriação de uma outra rede supranacional e transfronteiriça já existente, a Rede de Cidades CENCYL, que voltaram a ativar no início de 2022. Acrescentou que este projeto será desenvolvido pelos concelhos em questão e que Coimbra beneficiará dos apoios que conseguirem, em conjunto, alcançar.

Assim, foi elaborada a informação n.º 380, de 04/01/2024, do Chefe da Divisão de Alterações Climáticas, Energia, Descarbonização e Natureza, que mereceu parecer do Diretor do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade, bem como despacho do Senhor Presidente, ambos da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1955/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente, de 04/01/2024, que aprovou o Contrato de Consórcio para Implementação da Estratégia: Rede de Cidades Sustentáveis e Climaticamente Resilientes da Região Centro “CLIMA\_RESILIENTE\_URBCENTRO”, nos termos definidos no referido documento, subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, assim como pelo Presidente da Câmara Municipal de Viseu e Presidente do Conselho Intermunicipal Viseu Dão Lafões, Presidente da Câmara Municipal de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Figueira da Foz, Presidente da Câmara Municipal da Guarda, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura ausentaram-se os Senhores Vereadores Carlos Lopes e Rosa Cruz.

### **X.3. DEP – Plano de reforço da estrutura arbórea em Coimbra – Protocolo entre o Município e a Metro Mondego**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Por forma a melhorar o desempenho ambiental do SMM, a Metro Mondego assumiu o compromisso de efetuar, em colaboração com o Município, um Plano de Reforço da Estrutura Arbórea, no qual se integram diversas intervenções, com o intuito de reforçar a estrutura arbórea da cidade de Coimbra, plantando uma quantidade expressiva e adicional de árvores, garantindo que, na globalidade das empreitadas de construção da infraestrutura do “Metrobus”, serão plantadas três por cada árvore abatida, sendo o balanço de substituição do património arbóreo de um para três.

Sobre este assunto, a Senhora **Vereadora Ana Bastos** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

*“As obras do SMM têm vindo a assumir um impacto acentuado no espaço público e em particular na circulação rodoviária, resultantes dos diversos condicionalismos ao trânsito associados às diferentes frentes de trabalho. Essa perturbação, como tem vindo a ser devidamente esclarecida, deve-se maioritariamente às obras de renovação das infraestruturas subterrâneas sob a responsabilidade das Águas de Coimbra, E.M. (AC) e das Águas do Centro Litoral (AdCL), as quais se encontram degradadas com impactes em termos ambientais e de saúde pública. A remodelação das redes de águas e de saneamento tem obrigado à abertura de valas de grande profundidade, que podem ultrapassar os 5 metros, de forma a garantir o escoamento de forma gravítica, o que se tem traduzido em áreas de intervenção alargadas e por inerência no abate de diversas árvores. Nos termos dos projetos aprovados, estava previsto o abate de 663 unidades e a plantação de novas 664.*

*Do entendimento entre a MM e a CMC, foi considerado insuficiente este nível de replantação, tendo-se assumido o compromisso de serem revistos dos projetos no sentido de reavaliar a inevitabilidade dos abates, tendo-se ainda assumido o compromisso de serem plantadas três árvores por cada árvore abatida.*

*Para materializar esse plano, concluiu-se ser necessário intervir de forma concentrada em espaços exteriores ao canal do SMM. Os trabalhos iniciaram-se com o transplante de cerca de 40 oliveiras que se encontravam plantadas no terreno do futuro Parque de Máquinas e Oficinas (PMO) em Ceira, para alguns locais em meio urbano (Avenida Fernando Namora, Olivais, Vale do Rosal, etc.). A presente proposta engloba a plantação de 608 árvores e mais de 2000 arbustos e assenta agora na definição de 3 novos locais, a saber: (1) Ribeira do Vale das Flores com o projeto de reforço da estrutura arbórea submetido à aprovação deste executivo na reunião de 11/12/2023, onde se prevê a plantação de 436 árvores e de 2077 arbustos, subarbustos, trepadeiras e herbáceas; (2) Via António Ferrer Correia entre a rotunda de acesso ao Parque de campismo e a rotunda da Portela. Considerando que a concentração de infraestruturas subterrâneas sob os passeios impossibilitou a plantação de árvores ao longo do arruamento, optou-se por definir 4 espaços específicos, onde se prevê a plantação de 106 árvores; (3) Zona da Solum, onde para além do transplante já efetivado, das 7 palmeiras anãs que estavam na rotunda da “ACIC” para a rotunda das “palmeiras”, se prevê agora a plantação de outras 66 árvores a localizar em alguns locais da zona da Solum.*

*O presente protocolo destina-se assim a regular os termos da cooperação entre a CMC e a MM relativamente à elaboração, execução, acompanhamento e manutenção dos projetos integrados no Plano de Reforço de Estrutura Arbórea a concretizar no contexto da construção do SMM, em espaços do domínio municipal.*

*Em síntese, compete à MM elaborar os projetos, em articulação com a CMC e assegurar a sua concretização.*

*Terminada a execução compete ao Município assegurar a conservação e manutenção das intervenções.*

*Nesse sentido, proponho a aprovação do plano de plantações apresentado e o protocolo, nos termos apresentados, o qual foi objeto de análise prévia jurídica.”*

Assim, foi elaborada a informação n.º 393, de 04/01/2024, do Diretor do Departamento de Espaço Público, que mereceu despacho do Senhor Presidente da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1956/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovar a minuta de protocolo a outorgar entre o Município de Coimbra e a Metro-Mondego S.A., a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

mesma, protocolo este destinado a regular os termos da cooperação entre os seus Outorgantes relativamente à elaboração, execução, acompanhamento e manutenção dos projetos integrados no Plano de Reforço de Estrutura Arbórea a concretizar no contexto da construção do SMM, em zonas cuja jurisdição pertence ao Município.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO XI. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

#### XI.1. DEP-DIEP – Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 4 – 2.ª Revisão de Preços provisória – Ratificação

Em 30/11/2023, o adjudicatário da obra remeteu para análise e aprovação, a atualização do cálculo de revisão de preços provisória para os valores da empreitada faturados até ao mês de outubro de 2023, face ao cronograma financeiro inicial.

Assim, foi elaborada a informação n.º 96790, de 14/12/2023, da Divisão de Infraestruturas e Espaço Público, que mereceu pareceres da Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Espaço Público, ambos da mesma data, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 15/12/2023, e do Senhor Presidente, de 16/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1957/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 16/12/2023 que aprovou a atualização do valor da Revisão de Preços provisória, da “Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 4”, no valor de 66.998,04 € (c/IVA), de acordo com os cálculos apresentados.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura retomou os trabalhos o Senhor Vereador Carlos Lopes.

#### XI.2. DEP-DIEP – Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 6 – 2.ª Revisão de Preços provisória – Ratificação

Em 30/11/2023, o adjudicatário da obra remeteu para análise e aprovação, a atualização do cálculo de revisão de preços provisória para os valores da empreitada faturados até ao mês de outubro de 2023, face ao cronograma financeiro inicial.

Assim, foi elaborada a informação n.º 96808, de 14/12/2023, da Divisão de Infraestruturas e Espaço Público, que mereceu pareceres da Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Espaço Público, ambos da mesma data, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 15/12/2023, e do Senhor Presidente, de 16/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1958/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 16/12/2023 que aprovou a atualização do valor da Revisão de Preços provisória, da “Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 6” no valor de 87.532,44 € (c/IVA), de acordo com os cálculos apresentados.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura retomou os trabalhos a Senhora Vereadora Rosa Cruz.

### **XI.3. DEP-DIEP – Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 8” – 2.ª Revisão de Preços provisória – Ratificação**

Em 30/11/2023, o adjudicatário da obra remeteu para análise e aprovação, a atualização do cálculo de revisão de preços provisória para os valores da empreitada faturados até ao mês de outubro de 2023, face ao cronograma financeiro inicial.

Assim, foi elaborada a informação n.º 96885, de 14/12/2023, da Divisão de Infraestruturas e Espaço Público, que mereceu pareceres da Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Espaço Público, ambos da mesma data, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 15/12/2023, e do Senhor Presidente, de 16/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1959/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 16/12/2023 que aprovou a atualização do valor da Revisão de Preços provisória, da “Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 8” no valor de 81.387,40€ (c/IVA), de acordo com os cálculos apresentados.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **XI.4. DEP-DIEP – Empreitada “Valorização do Espaço Público – Requalificação do Largo da Sé Velha; Valorização do percurso Universidade Arco de Almedina – Rua e Largo do Quebra-Costas; Rua para Todos Alta – Requalificação das Escadas e Beco da Carqueja: LOTE 1 – Requalificação do Largo da Sé Velha (PEDU)” – Receção Provisória da Empreitada e Revisão de Preços Provisória – Ratificação**

Nos termos da legislação aplicável, nomeadamente artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o adjudicatário tem direito à revisão de preços conforme fixa e determina o contrato e lei especial aplicável, o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Assim, foi elaborada a informação n.º 94032, de 05/12/2023, da Divisão de Infraestruturas e Espaço Público, que mereceu pareceres da Chefe da referida Divisão, de 12/12/2023, e do Diretor do Departamento de Espaço Público, de 20/12/2022, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos e do Senhor Presidente, ambos de 22/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1960/2024 (08/01/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 22/12/2023 que aprovou a revisão de preços definitiva da empreitada “Valorização do Espaço Público - Requalificação do Largo da Sé Velha; Valorização do percurso Universidade Arco de Almedina - Rua e Largo do Quebra-Costas; Rua para Todos Alta - Requalificação das Escadas e Beco da Carqueja: “LOTE 1- Requalificação do Largo da Sé Velha” (PEDU)”, no valor de 167.560,66€ (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **XI.5. DAS-DECPAF – Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro – Conhecimento**

Consciente da crescente preocupação e sensibilização para as questões da sustentabilidade económica, social e ambiental por parte dos cidadãos e em linha com as políticas europeias para a área da economia circular e com a estratégia de desenvolvimento regional, a CCDRC lançou a 2.ª edição do “*Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro*”, que entrou em vigor no dia 15 de julho de 2023 e termina a 30 de junho de 2025. Neste sentido, foi acordado entre a CCDRC e a Câmara Municipal de Coimbra a subscrição da 2.ª edição do “*Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro*”.

O Senhor **Vereador Carlos Lopes** salientou que o pacto que foi assinado entre a Câmara Municipal e a CCDR é um acordo que irá prolongar-se até 30 de junho de 2025, permitindo ao Município de Coimbra desenvolver ações para a implementação da agenda da Economia Circular da Região Centro. Agradeceu a pertinência e o interesse do Senhor Vereador Miguel Fonseca nesta matéria, recordando que não conseguiram concorrer na primeira edição, mas que nesta segunda edição apresentaram estes dois projetos na área ambiental, esperando que tenham o sucesso desejado.

Assim, foi elaborada a informação n.º 301, de 03/01/2024, do Chefe da Divisão de Economia Circular, Proteção Ambiental e Florestas, que mereceu parecer do Diretor do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade, bem como despacho do Senhor Presidente, ambos de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1961/2024 (08/01/2024):*

- **Tomar conhecimento do “Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro”, nos termos definidos no referido documento, subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e pela Senhora Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

## **PONTO XII. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

### **XII.1. DGU-DCHRU – Fundação Bissaya Barreto – Licenciamento de Obras de Edificação – Dispensa de estacionamento – Processo 72/2022/2206**

Refere-se o presente processo a obras de reabilitação do prédio localizado na Avenida Sá da Bandeira, n.ºs 83 e 85, da União de Freguesias de Coimbra, descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial com o n.º 2875/20161012.

Assim, foi elaborada a informação n.º 97745, de 18/12/2023, da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão, de 27/12/2023, e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, de 29/12/2023, e despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 02/01/2024, e do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1962/2024 (08/01/2024):*

- **Dispensar o cumprimento da dotação de 2 lugares privados estacionamento, no âmbito da presente operação urbanística, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 133.º do Regulamento do PDM. Sublinha-se que esta dispensa se deve ao facto dos 2 lugares de**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

estacionamento atualmente oferecidos na garagem, serem eliminados para reposicionamento do bar, o qual permitirá aumentar a diversidade da oferta comercial ao longo da Avenida Sá da Bandeira. Esta oferta está em consonância com os objetivos estabelecidos na ARU, ao mesmo tempo que importa ter em consideração que este eixo será futuramente servido diretamente pelo sistema do Metro Mondego, onde se deve promover a transferência das deslocações do veículo individual para o transporte coletivo.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **Justificação de voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista:**

*“Os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente, em cumprimento do previsto no PDM em vigor, a isenção de lugares de estacionamento, sem qualquer tipo de imposição de contrapartidas de taxas ou impostos sobre os empreendedores, como contributo e incentivo à reabilitação urbana e como forma de aumentar o grau de utilização das infraestruturas existentes, numa perspetiva de planeamento sustentável e regeneração da ocupação da cidade e do concelho, densificando a zona urbana e favorecendo os modos não motorizados e de transporte público.*

*Registamos ainda a mudança de posição radical da atual maioria, que sempre criou obstáculos à utilização deste mecanismo previsto no PDM no anterior mandato, colocando em causa a reabilitação urbana e os próprios munícipes empreendedores e as empresas”.*

O Senhor **Presidente** disse que não criaram obstáculos, apresentando sim propostas.

## **PONTO XIII. EMPRESAS MUNICIPAIS**

### **XIII.1. AC, Águas de Coimbra, EM – Relatório Económico-financeiro – 3.º trimestre de 2023 – Conhecimento**

Sobre este assunto foi apresentado o relatório económico-financeiro do 3.º trimestre de 2023 da AC, Águas de Coimbra, E.M., e respetivo parecer do Fiscal Único, para efeito do estatuído na alínea e) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que mereceu despacho do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1963/2024 (08/01/2024):*

- **Tomar conhecimento do Relatório Económico-financeiro do 3.º trimestre, da empresa municipal “A.C. Águas de Coimbra, E.M.”;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para conhecimento.**

## **PONTO XIV. FREGUESIAS**

### **XIV.1. DAF – Relatório de Execução e Plano de Calendarização de outubro a dezembro de 2023 – Conhecimento**

Na sequência do deliberado na Reunião de Câmara do dia 29/04/2019 (deliberação n.º 1009/2019), é apresentado o Relatório de Execução e Plano de Calendarização de abril a junho de 2023.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** disse que já em novembro tinha perguntado sobre a obra de requalificação dos balneários do campo do calvário em Souselas, uma vez que, na altura, o Executivo Municipal não soube esclarecer qual a razão para o projeto, ainda, não estar feito. Salientou que de acordo com





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

a informação constante do presente relatório, o projeto continua em elaboração, relembrando a importância e urgência desta obra para uma associação que está a comemorar 50 anos e que tem equipas de futebol a competir em diversos escalões e equipas seniores feminina e masculina, lembrando que os atuais balneários não têm quaisquer condições e dimensões para este nível de utilização. Neste sentido, voltou a questionar acerca do ponto da situação desta obra, uma vez que neste relatório esta obra continua no mesmo estado de projeto em elaboração.

O Senhor **Presidente** solicitou à Senhora Chefe da Divisão de Apoio às Freguesias para que, na próxima reunião, lhes possa dar alguma informação sobre essa matéria.

Assim, foi elaborada a informação n.º 15, de 02/01/2024, da Chefe da Divisão de Apoio às Freguesias, que mereceu despacho do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1964/2024 (08/01/2024):*

- **Tomar conhecimento do Relatório de Execução e Plano de Calendarização de outubro a dezembro de 2023 da Divisão de Apoio às Freguesias;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para conhecimento.**

### **XIV.2. DAF – Contrato para cedência em direito de superfície da fração C do edifício sito na Rua do Tapado, n.º 4, Brasfemes, propriedade do Município de Coimbra, ao Centro de Recreio e Animação Cultural de Brasfemes**

O Município de Coimbra possui um lote de terreno, sito na Rua do Tapado, n.º 4, 3020-571 Coimbra, Freguesia de Brasfemes, inscrito na matriz predial urbana, da respetiva Freguesia, sob o artigo P1632, conforme modelo 1-IMI, estando em fase de avaliação na conservatória de registo predial. Na reunião de Câmara de 18/12/2023, foram aprovadas por unanimidade as minutas referentes aos contratos para cedência em direito de superfície das frações A e B do edifício, à Freguesia de Brasfemes e ao Centro de Bem Estar Social de Brasfemes (IPSS), respetivamente, bem como a aprovação da cedência pelo período mínimo de 20 anos a título gratuito, podendo ser renovado.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** disse que não tinha nada a opor relativamente a este processo, mas que gostaria de perceber e questionar qual o valor do imóvel, bem como se foi feita alguma avaliação do mesmo, uma vez que, dependendo do valor, a competência pode ser da Câmara ou da Assembleia Municipal.

O Senhor **Presidente** informou que o imóvel não atinge os valores da competência da Assembleia Municipal, embora não consiga ter de memória qual é o valor do mesmo, lembrando que em dezembro foi presente a reunião da Câmara Municipal um outro processo referente ao mesmo edifício e que, também, não teve de ser aprovado pela Assembleia Municipal.

Assim, foi elaborada a informação n.º 99734, de 22/12/2023, da Divisão de Apoio às Freguesias, que mereceu parecer da Chefe da referida Divisão, da mesma data, e despacho do Senhor Presidente, de 04/01/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1965/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovar, nos termos das alíneas g), p), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a minuta referente ao contrato para cedência em direito de superfície da fração C do edifício sito na Rua do Tapado, n.º 4, Brasfemes,**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**propriedade do Município de Coimbra, ao Centro de Recreio e Animação Cultural de Brasfemes, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma, e a cedência pelo período mínimo de 20 anos a título gratuito, podendo ser renovado.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO XV. OUTROS

#### XV.1. DAG-DAJC – Processo de Inquérito n.º 2023/500.20.002/2

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 98974, de 20/12/2023, da Divisão de Contraordenações e Execuções Fiscais, que obteve despacho do Senhor Presidente, de 21/12/2023, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1966/2024 (08/01/2024):*

- **Aprovado o arquivamento do Processo de Inquérito n.º 2023/500.20.002/2.**

Aprovado por maioria e por escrutínio secreto, com 6 votos a favor, 2 votos contra e 3 votos em branco.

### PONTO XVI. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

#### XVI.1. Fabrice Aimé

Este ponto foi tratado a seguir ao Ponto IV.2, como então se fez referência.

Antes de terminar os trabalhos, o Senhor **Presidente** informou que a próxima reunião da Câmara Municipal terá lugar em São João do Campo.

E sendo dezoito horas e trinta minutos, o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 22/01/2024 e assinada pelo Senhor Presidente e pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes.

O Presidente da Câmara Municipal,

---

(José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva)

O Secretário,

---

(Manuel Gilberto Mendes Lopes)